



## **27 DE OUTUBRO DE 2016**

### **Quinta-feira**

- **PROGRAMA BRASIL MAIS PRODUTIVO OFERECERÁ CONSULTORIA A 200 INDÚSTRIAS DO PARANÁ**
- **MDIC DEVE AMPLIAR PROGRAMA BRASIL MAIS PRODUTIVO EM 2017**
- **MARCOS PEREIRA DESTACA RECORDE DE INSCRIÇÕES DO BRASIL MAIS PRODUTIVO NO PARANÁ**
- **MARCOS PEREIRA AFIRMA QUE GOVERNO ATUA PARA RECONQUISTAR CONFIANÇA DE INVESTIDORES**
- **FUNCIONÁRIOS DA VOLKS NO PR ABREM MÃO DE REAJUSTE PARA MANTER EMPREGOS**
- **CONSTRUÇÃO CIVIL PERDE 27.591 VAGAS E LIDERA FECHAMENTO DE POSTOS EM SETEMBRO**
- **FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS CAI 3,1% EM SETEMBRO, DIZ ABIMAQ**
- **CUIDAR DA SEGURANÇA E SAÚDE PODE DIMINUIR OS IMPOSTOS PAGOS PELA SUA EMPRESA**
- **DESEMPREGO É DE 11,8% E ATINGE 12 MILHÕES DE TRABALHADORES, APONTA IBGE**
- **PARANÁ TEM SALDO POSITIVO NO EMPREGO PELO 2º MÊS CONSECUTIVO**
- **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PROÍBE RECÁLCULO DA APOSENTADORIA**
- **APOSENTADO QUE GANHOU A MAIS VAI DEVOLVER DINHEIRO? ENTENDA DECISÃO DO STF**
- **GOVERNO TENTA VOTAR NA CÂMARA MP SOBRE ACESSO A BENEFÍCIO COMO AUXÍLIO-DOENÇA**
- **ATENÇÃO AO CONTRATO EVITA PROBLEMAS FUTUROS COM A FRANQUIA**
- **PESQUISA COMPROVA: É MAIS FÁCIL FAZER NEGÓCIOS NA UGANDA E NA RUANDA DO QUE NO BRASIL**
- **VALORIZAÇÃO DO REAL DEVE AJUDAR QUEDA DA INFLAÇÃO**
- **DÓLAR EM QUEDA: É HORA DE COMPRAR?**
- **DÓLAR CAI E FAVORECE VIAGENS PARA O EXTERIOR**

- PERCEPÇÃO SOBRE MERCADO DE TRABALHO SUGERE RECUPERAÇÃO LENTA DO CONSUMO, DIZ FGV
- BC AMPLIA HORÁRIO DE OPERAÇÃO DE CÂMBIO PARA 23H PARA FACILITAR REPATRIÇÃO
- 4E: CAGED MOSTRA QUE PROCESSO DE DESTRUIÇÃO DE VAGAS SE INTENSIFICOU
- ENTRE PAÍSES COM FÁBRICA DA HYUNDAI, BRASIL TEVE MAIOR QUEDA NO FATURAMENTO
- SIDERÚRGICAS DA AL PEDEM NÃO RECONHECIMENTO DA CHINA COMO ECONOMIA DE MERCADO
- PARA GERDAU, PIOR JÁ PASSOU, MAS CURTO PRAZO AINDA SERÁ DIFÍCIL NO PAÍS
- 58,2% DAS RODOVIAS BRASILEIRAS APRESENTAM PROBLEMAS, DIZ PESQUISA DA CNT
- GREVE DOS BANCÁRIOS REDUZ CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CONSIGNADO E VENDA DE CARROS
- GANHO DE BANCOS COM EMPRÉSTIMOS É O MAIOR DESDE 2011
- DÉFICIT NAS AUTOPEÇAS CHEGA A US\$ 3,84 BILHÕES
- SALDO DE FINANCIAMENTOS RECUA 12,8% EM UM ANO
- NORMAS DE SEGURANÇA PODERIAM EVITAR 40 MIL MORTES NA AMÉRICA LATINA
- INTEGRADO AO MUNDO, PERU APRESENTA NA FIESP RAZÕES PARA APROXIMAÇÃO DO BRASIL
- BUSCA DE FLEXIBILIDADE MOTIVA EMPREENDEDORISMO, INDICA PESQUISA
- CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA EMPRESAS AVANÇA 5% EM SETEMBRO
- MERCADO FORMAL CONTINUA PERDENDO MENOS POSTOS DE TRABALHO
- INFLAÇÃO NA SAÍDA DAS FÁBRICAS FICA EM 0,47% EM SETEMBRO
- A CONTABILIDADE EM EVOLUÇÃO

<b>CÂMBIO EM 27/10/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,158	3,159
<b>Euro</b>	3,448	3,449

**Fonte: BACEN**

## **Programa Brasil Mais Produtivo oferecerá consultoria a 200 indústrias do Paraná**

27/10/2016 – Gazeta do Povo



O programa Brasil Mais Produtivo, lançado pelo governo federal em parceria com o Senai, oferecerá consultoria a 200 indústrias do Paraná que queiram aumentar a sua produtividade.

Os consultores utilizarão a metodologia de *lean manufacturing* (manufatura enxuta) para identificar desperdícios nos processos produtivos, propor mudanças e aumentar em, ao menos, 20% a produtividade das empresas participantes. O lançamento oficial do programa no estado foi feito nesta quarta-feira (26) na Federação das Indústrias do Paraná (Fiep).

As vagas disponíveis são voltadas, preferencialmente, para indústrias de três setores: moveleiro, com foco no Arranjo Produtivo Local (APL) de Arapongas; metalmeccânico, do APL de Curitiba; e alimentos e bebidas, das regiões de Londrina, Maringá e Curitiba. As participantes também precisam ser pequenas ou médias indústrias, com 11 a 200 funcionários.

O custo total da consultoria é de R\$ 18 mil por indústria, sendo que R\$ 15 mil são pagos pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDCI), Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Apex Brasil. A empresa terá que bancar uma contrapartida de R\$ 3 mil.

### **Inscrições**

As inscrições já estão abertas pelo [site do programa](#) e não há prazo para encerramento. Até esta quarta-feira (26), já eram 233 indústrias inscritas do estado. Para a seleção, será analisado se a empresa atende aos requisitos e a ordem de inscrição. Há expectativa que o número de vagas seja ampliado para 2017.

Nas consultorias, o Senai propõe mudanças para reduzir sete tipos de desperdícios nos processos produtivos das indústrias: superprodução, tempo de espera, transporte, excesso de processamento, inventário, movimento e defeitos.

Em todo o Brasil, serão 3 mil pequenos e médios negócios participantes. O programa conta com um orçamento de R\$ 50 milhões.

## **MDIC deve ampliar programa Brasil Mais Produtivo em 2017**

27/10/2016 – Agência Fiep

Anúncio foi feito pelo ministro Marcos Pereira durante lançamento do projeto, nesta quarta (26), na Fiep; projeto em parceria entre governo federal e Senai tem 3 mil vagas abertas para consultorias em todo o país, 200 delas no Estado.

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, lançou oficialmente no Paraná, nesta quarta-feira (26), o programa Brasil Mais Produtivo, que oferecerá consultoria a 200 indústrias do Estado.

Realizado em parceria com o Senai, o programa utiliza a metodologia de *lean manufacturing* (manufatura enxuta) para reduzir desperdícios nos processos produtivos e aumentar em ao menos 20% a produtividade das empresas participantes. Em solenidade realizada na Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Pereira afirmou que, pela grande procura registrada até agora, o MDIC já estuda ampliar o número de vagas para 2017.

Em todo o país, o Brasil Mais Produtivo pretende atender 3 mil empresas. “Precisam ser pequenas ou médias indústrias, de 11 a 200 funcionários, instaladas preferencialmente em Arranjos Produtivos Locais e nos segmentos metalmeccânico, moveleiro, alimentos e bebidas e vestuário e calçados”, explicou o ministro.

“Para o Paraná, temos separadas 200 vagas e já temos 233 empresas inscritas. No Brasil temos mais de 3.100 empresas inscritas e, com isso, já estamos estudando a ampliação do programa para o próximo ano”, acrescentou.

As 200 vagas disponíveis no Estado são voltadas preferencialmente para indústrias de três setores: moveleiro, no APL de Móveis de Araçongas; metalmeccânico, no APL de Metalmeccânico de Curitiba; e alimentos e bebidas, no APL de Alimentos, bebidas, orgânicos, erva mate (Londrina, Maringá e Curitiba).

O custo total da consultoria é de R\$ 18 mil por indústria, sendo que R\$ 15 mil são pagos pelo MDIC, Apex Brasil e ABDI, com uma contrapartida de R\$ 3 mil da empresa. Para se inscrever é preciso se cadastrar no [www.brasilmaisprodutivo.gov.br](http://www.brasilmaisprodutivo.gov.br).

**Resultados expressivos** – Segundo o ministro, apesar de a intenção do programa seja aumentar em 20% a produtividade das empresas participantes, os resultados alcançados nas empresas já atendidas estão bastante acima da meta estabelecida. “A nossa experiência mostra que tem havido um aumento de produtividade em 50%, na média das empresas já atendidas. Há casos até de 80%”, disse.

Nas consultorias, o Senai propõe mudanças para reduzir sete tipos de desperdícios nos processos produtivos das empresas: superprodução, tempo de espera, transporte, excesso de processamento, inventário, movimento e defeitos.

“A ideia é revisar o processo produtivo dessas indústrias, eliminando desperdícios e trazendo uma cultura de manufatura enxuta. Com isso, aumenta-se a produtividade das empresas”, declarou Pereira.

Para o presidente do Sistema Fiep, Edson Campagnolo, o Brasil Mais Produtivo é uma importante ferramenta para aumentar a competitividade dos setores atendidos, que estão entre os principais da indústria paranaense.

“Esses setores têm peso significativo na economia e na geração de empregos no Estado. Eles precisam ser mais produtivos para alcançar novos mercados e ter condições de competir com os produtos de outros países”, afirmou.

Campagnolo disse ser fundamental a ampliação do programa. Por ter um orçamento relativamente baixo – R\$ 50 milhões nesta primeira etapa – e por trazer resultados efetivos para as empresas, ele acredita que sua expansão é possível. “É importante ampliar o número de empresas atendidas e também os setores contemplados”, afirmou.

Também participaram da solenidade de lançamento do Brasil Mais Produtivo no Paraná o secretário estadual do Planejamento, Cyllêneo Pessoa Pereira Júnior, presidentes de sindicatos industriais, empresários e lideranças de outros segmentos do setor produtivo paranaense.

**Redeagentes** – Além do lançamento do Brasil Produtivo, a passagem do ministro por Curitiba foi marcada pela entrega simbólica do certificado a um dos empresários que participava do milésimo treinamento da Redeagentes, que aconteceu nesta terça e quarta (25 e 26), no Campus da Indústria do Sistema Fiep.

A iniciativa, que integra o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), realiza capacitações desde o ano 2000, tendo treinado mais de 25 mil pessoas, em 256 municípios brasileiros. O objetivo do programa é proporcionar às empresas conhecimentos que possam dar suporte ao processo de preparação para o mercado internacional.

Nesta semana, 31 empresários paranaenses participaram do Treinamento em Exportação para Empresas de Pequeno Porte, um dos quatro tipos de capacitações disponibilizados pela Redeagentes. Durante a solenidade, o ministro entregou o certificado de conclusão do curso ao sócio-gerente da Wever Cosméticos, Germano Paulo Bunn.

## **Marcos Pereira destaca recorde de inscrições do Brasil Mais Produtivo no Paraná**

27/10/2016 – MDIC



MDIC planeja lançar segunda fase do programa com aumento de vagas e foco em capacitação em eficiência energética.

**Curitiba (26 de outubro)** - O ministro Marcos Pereira destacou nesta quarta-feira o recorde de inscrições do Brasil Mais Produtivo no Paraná, 11º estado a receber o programa. Com alta adesão em todo o Brasil, o programa, que abriu três mil vagas no total, já registra 3.110 inscrições.

No Paraná, onde estão previstas 200 consultorias, já há 233 empresas cadastradas. As inscrições são efetivadas após avaliação in loco, pelos técnicos das entidades parceiras, para verificar se preenchem os requisitos.

O Brasil Mais Produtivo, lançado hoje pelo ministro Marcos Pereira em Curitiba, oferece consultoria personalizada a pequenas e médias indústrias com o objetivo de aumentar a produtividade e, em consequência, a inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Marcos Pereira afirmou aos empresários que participaram da solenidade de lançamento do programa, na sede da Federação das Indústrias do estado, em Curitiba, que o programa está alinhado com a proposta de fortalecer o setor produtivo. "Não é função do governo gerar empregos. É o setor produtivo que gera, e, tenho dito, esse é o melhor programa social que existe", defende.

Em razão da grande procura, o MDIC já estuda a ampliação do número de vagas do Brasil Mais Produtivo. Além de atender a demanda, o ministério considera também atuar com foco na eficiência energética das indústrias, em uma segunda fase do programa.

"Faremos um projeto piloto, com 50 empresas, para que, após a consolidação do programa, possamos lançar em nível nacional no próximo ano", afirmou o ministro.

## **Produtividade**

O Brasil Mais Produtivo é um programa de intervenções rápidas, com baixo custo, destinado a Indústrias de pequeno e médio porte (11 a 200 funcionários). A metodologia adota técnicas de manufatura enxuta, baseadas na redução dos sete tipos de desperdícios mais comuns que ocorrem no processo produtivo. Trata-se de uma consultoria individualizada, com duração de aproximadamente três meses.

Com isso, o resultado esperado é de uma redução de, pelo menos, 20% nos desperdícios verificados em todo o processo produtivo. "O Brasil Mais Produtivo tem tido experiência, em média, de aumento de 50% de produtividade nas empresas que recebem a consultoria. Mas há casos de quase 80%", destacou Marcos Pereira.

Para o presidente da Fiep, Edson Campagnolo, o programa é um reforço importante para que o setor produtivo se torne mais competitivo e alcance mercados. "Essa é uma tarefa muito difícil. É preciso que haja uma união de esforços para recuperar o tempo perdido e superar dificuldades internas", avalia.

## **Cultura exportadora**

Ao final da solenidade, o ministro entregou o certificado de treinamento do programa Redeagentes, de capacitação de empresários em cultura de exportação, ao sócio-gerente da empresa Wever, Germano Paulo Bunn.

Ele participou da milésima capacitação do programa, desenvolvido pelo MDIC, em parceria com instituições públicas e privadas. Por meio de cursos rápidos, difunde a cultura exportadora entre empresas de pequeno porte.

## **Marcos Pereira afirma que governo atua para reconquistar confiança de investidores**

27/10/2016 – MDIC



Ministro participou na capital paulista de fórum sobre comércio exterior com especialistas, pesquisadores e empresários. Foto: Miguel Ângelo/CNI.

A uma plateia de empresários, pesquisadores e profissionais ligados ao comércio exterior, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, reafirmou nesta terça-feira o esforço do atual governo para transmitir confiança aos investidores estrangeiros e com isso estimular a inserção de mais empresas brasileiras no mercado internacional.

O ministro participou do Fórum de Comércio Exterior, na capital paulista, promovido pelo jornal Folha de S.Paulo, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

"Nós estamos empenhados em fazer com que os investidores do mercado externo confiem novamente no país. Por isso estamos viajando e vendendo o Brasil, levando a mensagem de que o país virou a página do ideologismo. Estamos em busca de resultados", disse.

Com o tema "Como ampliar o comércio exterior brasileiro", o veículo de comunicação promoveu amplo debate envolvendo órgãos do governo, representantes do setor

produtivo e especialistas. Durante participação em um dos painéis, Marcos Pereira detalhou o conjunto de medidas adotadas, desde que assumiu o MDIC, com o objetivo de facilitar o comércio exterior.

"Não podemos admitir que o Brasil, sendo a 9ª economia do mundo, segundo as projeções do FMI, voltando a ser a 8ª economia já no próximo ano, ocupe a 25ª posição em comércio exterior. Este foi o resultado da política adotada pelo governo afastado ao longo desses anos. Estamos privilegiando agora avançar nos acordos com os principais players do mundo", defendeu.

Para o ministro, o mercado internacional é uma das saídas para as empresas que enfrentam mercado interno retraído. Por isso, destacou, o atual governo elevou a pauta de comércio exterior a um nível estratégico e político, com o objetivo de reinserir o Brasil no cenário internacional. "O Brasil, não obstante o esforço no nível técnico, altamente qualificado e preparado, no nível político não vinha avançando", disse.

Além de progressos em agendas estratégicas, como a elaboração de um acordo entre Mercosul e União Europeia, Marcos Pereira destacou, ainda, a retomada do diálogo com o Canadá, com os EUA e com os países da Bacia do Pacífico.

"Estamos avançando também com Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs) para atrair investimentos não só na área de produção mas também na área de infraestrutura", acrescentou. Além disso, destacou a implementação do Portal Único de Comércio Exterior, ferramenta que concentra todas as fases das operações de importação e exportação, reduzindo custos e prazos para os operadores.

Marcos Pereira apontou, entre outras medidas, a transferência da Câmara de Comércio Exterior (Camex) para a Presidência da República, como uma das demonstrações de compromisso do governo com a celeridade nas decisões que impactam o setor.

Durante o painel, o ministro fez um balanço das demandas que vem recebendo do setor produtivo brasileiro, após realizar mais de 400 audiências com empresários, desde que assumiu a pasta. Em comum, segundo Marcos Pereira, há a preocupação com a perda de produtividade e competitividade.

O ministro destacou, entre outras ações, o lançamento de programas como o Brasil Mais Produtivo, presente em dez estados. A iniciativa presta consultoria para que pequenas e médias indústrias reduzam desperdícios e possam aumentar a inserção de seus produtos no comércio externo.

Participaram do painel também o presidente da Apex-Brasil, Roberto Jaguaribe, e o presidente da Alpargatas/Havaianas, Márcio Utsch.

## **Funcionários da Volks no PR abrem mão de reajuste para manter empregos**

27/10/2016 – Gazeta do Povo



***Em troca de cinco anos de estabilidade no número de postos de trabalho, trabalhadores aceitaram perda real de até 10,3% nos salários em 2017 e 2018***

Os funcionários da fábrica da Volkswagen em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, aceitaram abrir mão de dois anos de reajuste salarial em

troca da manutenção dos postos de trabalho até agosto de 2021 e da produção de dois novos modelos na unidade.

A garantia de estabilidade no número de vagas não afeta o plano de demissões voluntárias (PDV) aberto pela Volkswagen, com a concordância dos trabalhadores. A companhia pretende fechar até 150 vagas da área de produção e 70 do setor administrativo, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC). Hoje a fábrica emprega pouco mais de 3 mil pessoas.

Pelo acordo, aprovado em assembleia na terça-feira (25), os empregados vão receber no mês que vem a reposição da inflação medida pelo INPC, acumulada em 9,62% em 12 meses até agosto. Mas os salários não terão reajuste em 2017 e 2018, caso a inflação medida pelo INPC seja de até 5%.

Se o índice for maior, será repassada apenas a diferença. Com isso, haverá uma perda real de até 10,3% no acumulado dos dois anos. Em 2019 e 2020, os salários voltam a ser reajustados pelo INPC.

A participação nos lucros e resultados (PLR) será de R\$ 11,8 mil por ano, com correção pela inflação de 2017 em diante, nos cinco anos de duração do acordo. Além disso, os funcionários terão direito a um abono de R\$ 2.880 neste ano e de R\$ 2,4 mil em 2017 e 2018.

### **Crise**

O acordo poderá ser revisto caso a produção anual em São José dos Pinhais supere a marca de 200 mil unidades, o que ocorreu em cinco ocasiões desde a inauguração da fábrica, no fim dos anos 1990.

“Vantajoso para os funcionários o acordo não foi. Mas é uma contribuição que os trabalhadores estão dando, acreditando que empresa e a planta aqui do Paraná possam reagir, após os graves problemas dos últimos dois anos”, disse o presidente do SMC, Sérgio Butka, referindo-se ao escândalo da adulteração do controle de poluentes de carros a diesel, no exterior, e às paralisações de produção provocadas pela briga com a Prevent, uma das principais fornecedoras da Volks.

O sindicalista calcula que 70 mil veículos deixaram de ser produzidos apenas no Paraná em função da disputa comercial com a Prevent, que culminou com rescisão unilateral do contrato, por parte da Volks, em agosto. Em junho, a fornecedora havia fechado sua fábrica no Paraná, também em São José dos Pinhais.

A crise econômica, que atingiu em cheio o setor automotivo, tem levado a acordos salariais mais magros em várias empresas. Na semana passada, os metalúrgicos da Volvo, de Curitiba, encerraram uma greve de nove dias úteis com um abono de R\$ 5 mil, mas sem receber qualquer reajuste. Na fabricante de ônibus e caminhões, a data-base deste ano só voltará a ser discutida em 2017.

### **Novos modelos**

“A manutenção dos postos de trabalho e a iniciativa da empresa de investir em dois novos produtos sensibilizaram bastante os trabalhadores. Até porque a planta não se sustenta se não trazer novos produtos”, disse Butka.

A fábrica paranaense produz quatro modelos, dois da marca Volkswagen (Fox e Golf) e dois da Audi (o A3 Sedan e o utilitário Q3). Os novos modelos prometidos pela montadora serão da plataforma MQB A0, sobre a qual já são produzidos o Golf e o A3. Uma das novidades pode ser o SUV compacto Q2, apresentado em março no Salão de Genebra.

### ***Demissões voluntárias***

Quem se inscrever no PDV da Volkswagen terá direito ao equivalente a cinco salários, se tiver até dez anos de casa. Os que tiverem mais tempo de empresa receberão também um salário a cada dois anos adicionais, com um máximo de 20 salários.

Se a inscrição for feita até 4 de novembro, o trabalhador receberá ainda um adicional de dez salários. O desligamento será compulsório para trabalhadores que têm direito a se aposentar ou já estão aposentados pelo INSS.

### ***Mais de 800 empregados estão sem trabalhar***

Pelos próximos cinco anos a Volkswagen poderá continuar recorrendo – como faz há dois anos – a instrumentos de redução temporária do quadro de pessoal, como a suspensão dos contratos de trabalho (layoff) e o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), do governo federal. Mesmo que o governo não renove o PPE, válido até o fim de 2017, a montadora poderá oferecer condições similares às do programa.

De acordo com o SMC, hoje mais de 800 empregados da Volkswagen estão sem trabalhar, ou por layoff ou pelo PPE. Dos três turnos de produção que a empresa chegou a ter, apenas um está em operação, com produção diária de 370 veículos. No auge, a fábrica chegou a produzir 870 unidades por dia.

## **Construção civil perde 27.591 vagas e lidera fechamento de postos em setembro**

27/10/2016 – Tribuna PR

A construção civil foi o setor que mais fechou vagas formais no mês de setembro, de acordo com os dados divulgados nesta quarta-feira, 26, pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O saldo no setor foi negativo em 27.591, de acordo com o Ministério do Trabalho.

O setor de serviços também registrou forte fechamento de postos, com saldo negativo de 15.144. O resultado líquido também foi de demissões na agropecuária (-8.198 vagas), indústria extrativa mineral (-692 postos), serviços industriais de utilidade pública (-515 postos) e administração pública (-448 postos).

Por outro lado, a indústria da transformação registrou o segundo mês de saldo positivo (+9.366), depois de amargar 17 meses consecutivos de fechamentos de vagas. Em seguida veio o comércio, que, com a proximidade do fim do ano, registrou contratações líquidas de 3.940 trabalhadores.

Em setembro, o Brasil perdeu 39.282 vagas formais de emprego, de acordo com o Caged.

## **Faturamento da indústria de máquinas cai 3,1% em setembro, diz Abimaq**

27/10/2016 – Tribuna PR

A indústria brasileira de máquinas e equipamentos faturou R\$ 5,507 bilhões em setembro deste ano, o que representa uma queda de 3,1% ante agosto e recuo de 19,2% na comparação com setembro do ano passado, mostram dados divulgados nesta quarta-feira, 26, pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Com os resultados, o faturamento acumulado de janeiro a setembro é de R\$ 50,164 bilhões, montante 27,8% menor do que o de igual período de 2015.

De acordo com dados da Abimaq, o consumo aparente do setor – ou seja, indicador que mede a produção interna mais importações e exclui exportações – totalizou R\$

7,226 bilhões em setembro, baixa de 7,8% em relação a agosto e retração de 28,4% na comparação com igual mês de 2015.

Com isso, o consumo aparente acumulado nos nove primeiros meses deste ano registra R\$ 78,585 bilhões, 26,8% a menos do que em igual intervalo do ano passado.

### **Balanço**

O déficit comercial da indústria de máquinas e equipamentos nacional ficou em US\$ 387,57 milhões em setembro deste ano, queda de 22,8% ante o déficit de agosto e recuo de 37,3% na comparação com o saldo negativo de setembro do ano passado, mostram os dados da Abimaq.

A diminuição do déficit foi resultado de exportações que somaram US\$ 612,91 milhões no mês, recuo de 11,9% em relação a agosto e contração de 10% sobre o volume anotado em setembro de 2015. As importações de máquinas e equipamentos, por sua vez, somaram US\$ 1 bilhão, queda de 16,5% sobre o resultado de agosto e recuo de 23% ante o nível alcançado em igual mês do ano passado.

No acumulado do ano até setembro, as exportações subiram 1%, para US\$ 5,905 bilhões, e as importações apresentaram queda de 18,5%, para US\$ 12,135 bilhões, ambas na comparação com igual período de 2015. O déficit acumulado, portanto, é de US\$ 6,23 bilhões, baixa de 31,1%.

### **Nível de emprego**

Segundo a Abimaq, a indústria brasileira de máquinas e equipamentos encerrou o mês de setembro com 306.016 empregados, queda de 0,2% em relação ao nível de agosto e de 5,9% na comparação com setembro do ano passado. No acumulado do ano, a redução é de 10,1%. Em 12 meses, foram fechadas 22.850 vagas.

## **Cuidar da segurança e saúde pode diminuir os impostos pagos pela sua empresa**

27/10/2016 – Gazeta do Povo

### ***Controle do FAP pode reduzir certos tributos pela metade e garantir economia em tempos de crise***



A velha ideia de que é melhor prevenir do que remediar pode soar batida, mas também trazer grandes ganhos para dentro de uma empresa. Ao diminuir o número de afastamentos, o cuidado com segurança e saúde se transforma em um poderoso aliado para a redução de gastos, ajudando a melhorar os resultados de seu negócio — algo tão necessário em momentos de crise.

Uma boa gestão nessa área pode diminuir o total pago à Previdência Social pelo seguro contra acidentes de trabalho. Com o controle do chamado Fator Acidentário de Prevenção (FAP), uma empresa consegue reduzir o valor dessa alíquota pela metade caso diminua o número de ocorrências e economizar muito no processo.

Como explica o coordenador do Instituto Sesi de Inovação em Longevidade e Produtividade, Rodrigo Meister de Almeida, o FAP funciona como um multiplicador sobre essa alíquota e bonifica aquelas empresas que adotam práticas para diminuir o número de acidentes e pune aquelas que custam mais para a Previdência.

“O índice do fator varia de 0,5 a 2,0, o que significa que ela pode pagar metade ou o dobro do valor original, dependendo de como é feita essa gestão de acidentes”, detalha.

E a economia gerada pelo controle do FAP é significativa. O imposto pago, por exemplo, por uma empresa com uma folha de pagamento de R\$ 100 mil e alíquota de 3% pode variar de R\$ 1,5 mil a R\$ 6 mil ao mês dependendo do seu índice. Em um ano, as somas ficam ainda mais impressionantes: uma companhia com o menor fator pagará R\$ 18 mil em tributação, enquanto aquela com o índice máximo vai desembolsar R\$ 72 mil.

E esse total poupado pode ser aplicado de diferentes formas, incluindo em novos investimentos em segurança e saúde, como sugere o coordenador-geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional da Secretaria de Previdência Paulo César Andrade.

Para ele, a aplicação do FAP fez com que esses cuidados ficassem mais fortes dentro das organizações. “O fator acidentário incentiva as empresas a investirem na gestão de acidentes, além de projetar melhorias para reduzir os custos envolvidos com afastamentos e oferecer uma melhora na qualidade do ambiente de trabalho”.

De acordo com Rodrigo Meister de Almeida, não é preciso grandes montantes para realizar esse tipo de investimento, uma vez que ele depende muito mais de tempo e organização de alguns departamentos do que de grandes gastos. “Não é complicado e o impacto na competitividade e no capital da empresa é enorme”, pontua Almeida.

### ***Prazo de revisão***

Para as empresas que já monitoram o seu índice do FAP, é possível pedir uma revisão do valor caso acredite que haja alguma informação errada em seu cadastro. Os pedidos de contestação podem ser feitos pelo site da Previdência Social até o dia 30 de novembro.

O coordenador do órgão explica que esse mecanismo de revisão não é tão utilizado pelas organizações e que, nos últimos anos, uma média de apenas 0,3% delas pediu que o cálculo fosse refeito.

E ele credita esse baixo número ao desconhecimento do empresariado sobre essa possibilidade e ao fato de que as informações utilizadas no cálculo são fornecidas pelas próprias companhias.

Essa definição do índice leva em conta três variáveis: a frequência em que acidentes acontecem, sua gravidade e o custo que esses afastamentos têm para a Previdência. E o peso de cada um desses fatores varia.

“Uma empresa pode ter um índice maior se tiver um único acidente fatal contra outra com 10 de leve impacto, por exemplo”, detalha Andrade.

Ainda assim, Rodrigo Meister de Almeida relembra que muitas empresas não acompanham os extratos liberados pela Previdência para saber se existe ou não alguma divergência e podem acabar pagando mais por essa desatenção. “A contratação de uma consultoria pode ajudar um negócio a entender esses dados e também a se organizar, além de aplicar ações que visam reduzir o valor do imposto”.

### ***Saiba mais***

O Sesi no Paraná oferece consultoria para as empresas que pretendem rever o cálculo do FAP, além de trazer outras soluções de segurança e saúde que ajudam a evitar acidentes de trabalho dentro das organizações.

O contato pode ser feito em qualquer unidade do Sesi no estado ou pelo site [www.sesipr.com.br/saude](http://www.sesipr.com.br/saude).

## **Desemprego é de 11,8% e atinge 12 milhões de trabalhadores, aponta IBGE**

27/10/2016 – UOL Economia



O desemprego no país, em média, foi de 11,8% no terceiro trimestre, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No período, o número de desempregados no Brasil foi de 12 milhões de pessoas. São 437 mil desempregados a mais do que no segundo trimestre, crescimento de 3,8%. Em um ano, são 3 milhões de pessoas a mais sem emprego, um aumento de 33,9%.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (27) e fazem parte da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, do IBGE.

A pesquisa não usa só os trimestres tradicionais, mas períodos móveis (como fevereiro, março e abril; março, abril e maio etc.), e o IBGE divulga os resultados a cada mês.

### **Comparação com resultados anteriores**

No terceiro trimestre de 2016, a taxa de desemprego foi de 11,8%:

- no segundo trimestre, havia sido de **11,3%**;
- no trimestre de junho a agosto, havia sido de **11,8%**;
- um ano antes (terceiro trimestre 2015), havia sido de **8,9%**.
- O número de desempregados chegou a 12 milhões:
- no segundo trimestre, havia sido de **11,6 milhões**;
- no trimestre de junho a agosto, havia sido de **12 milhões**;
- um ano antes (terceiro trimestre de 2015), havia sido de **9 milhões**.

### **Número de trabalhadores**

O número de pessoas com trabalho foi de 89,8 milhões, com 963 mil pessoas a menos do que no segundo trimestre, queda de 1,1%.

Em um ano, o total de trabalhadores caiu 2,4%, o que equivale a cerca de 2,3 milhões de pessoas.

### **Rendimento de R\$ 2.015**

O rendimento real (ajustado pela inflação) do trabalhador ficou, em média, em R\$ 2.015, crescimento de 0,9% na comparação com o segundo trimestre (R\$ 1.997), mas queda de 2,1% em relação ao terceiro trimestre de 2015 (R\$ 2.059).

### **Metodologia da pesquisa**

A Pnad Contínua pesquisa dados de 211.344 casas em cerca de 3.500 municípios.

O IBGE considera desempregado quem não tem trabalho e procurou algum nos 30 dias anteriores à semana em que os dados foram coletados.

## Paraná tem saldo positivo no emprego pelo 2º mês consecutivo

27/10/2016 – Bem Paraná



O Paraná registrou um saldo positivo de 413 empregos em setembro, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados nesta quarta-feira (26) pelo Ministério do Trabalho. Foi o segundo mês consecutivo de saldo positivo no ano. Em agosto, o Estado já havia registrado uma diferença entre admitidos e demitidos de 533.

O desempenho marca uma inversão da tendência verificada no ano no Estado e contrasta com os números do Brasil. No país, foram eliminados 39.282 postos de trabalho em setembro.

“Houve uma piora no número do Brasil. Em agosto, 13 Estados tinham registrado números positivos. Em setembro, esse número caiu para 10, mas o Paraná se manteve nessa lista”, diz Suelen Glinski Rodrigues dos Santos, economista do Observatório do Trabalho, da Secretaria estadual da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Em setembro do ano passado o Paraná tinha registrado um saldo negativo de 8.472 vagas.

O saldo no mês passado foi impulsionado pela geração de vagas do comércio (996), serviços (525), indústria (457) e agropecuária (237). A contribuição negativa ficou por conta da construção civil, que eliminou 1.792 vagas. O Paraná também subiu uma posição no ranking dos Estados em relação a agosto. Passou de décimo para nono Estado com maior saldo de empregos.

**SUBSETORES** – O grande destaque dos últimos dois meses é a retomada das contratações da indústria, um dos setores que mais cortou vagas com a crise econômica.

Em setembro, dos 12 subsetores da indústria da transformação, seis apresentaram saldo positivo no Paraná, com destaque para a indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (363), mecânica (167), de material de transporte (93) e metalúrgica (79). “Em agosto alguns setores da indústria já vinham registrando uma retomada das contratações, o que se repetiu, mais uma vez, em setembro”, diz Suelen.

**NO ANO** - No acumulado do ano, o saldo de emprego ficou negativo em 21.225 vagas no Estado, mas a tendência é de melhora nos próximos meses. “Isso deve ocorrer principalmente nas atividades de comércio e serviços, por conta das contratações de fim de ano” afirma Suelen.

Em setembro, o comércio varejista registrou num saldo positivo de 1.097 vagas no Paraná. No setor de serviços, dos seis subsetores, quatro registraram números positivos, com destaque para serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação (383) e serviços médicos, odontológicos e veterinários (290).

Entre os municípios com mais de 30 mil habitantes, Foz do Iguaçu teve o maior saldo de vagas, com 312 novos empregos, seguido por Ponta Grossa (294) e Campo Mourão (212).

## Supremo Tribunal Federal proíbe recálculo da aposentadoria

27/10/2016 – Gazeta do Povo

### **Decisão afeta mais de 180 mil ações na Justiça e veta aumento da aposentadoria para quem contribuiu depois de obter o benefício**



O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu nesta quarta-feira que a regra da desaposentação é inconstitucional. Com a decisão, o trabalhador que se aposenta proporcionalmente e continua contribuindo não pode renunciar à aposentadoria atual para pedir um benefício em valor mais alto no futuro.

O julgamento tem repercussão geral – ou seja, o entendimento precisa ser aplicado em processos similares que aguardam solução em tribunais de todo o país. Hoje, cerca de 70 mil processos estão paralisados, aguardando a posição do STF. O INSS também será obrigado a adotar o mesmo entendimento na análise de pedidos de novos benefícios.

O placar ficou em sete votos a quatro. Votaram pelo fim da desaposentação Teori Zavascki, Dias Toffoli, Edson Fachin, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Celso de Mello e a presidente do tribunal, ministra Cármen Lúcia. Por outro lado, defenderam o direito à revisão dos benefícios Luís Roberto Barroso, Marco Aurélio Mello, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski.

Segundo a Advocacia Geral da União (AGU), existem no Brasil um milhão de aposentados que voltaram a trabalhar e continuam contribuindo para a Previdência Social.

Em uma estimativa conservadora que leva em conta somente as aposentadorias ativas em dezembro de 2013, o impacto de uma decisão legitimando a revisão dos benefícios chegaria a R\$ 588,7 milhões mensais e R\$ 7,7 bilhões por ano. Em 30 anos, a despesa total poderia ser de R\$ 181,9 bilhões, sem levar em conta novos segurados.

O governo federal tentou convencer os ministros a adiar o julgamento, temeroso de uma derrota no plenário. O objetivo era deixar o Congresso Nacional votar primeiro a Proposta de Emenda Constitucional da previdência, em vez de deixar o STF definir as regras da desaposentação.

Nos bastidores, ministros que querem evitar gastos extras do governo em tempos de crise avaliaram que o julgamento não traria prejuízo aos cofres públicos, já que a tendência era mesmo barrar a possibilidade de revisão dos valores de aposentadorias.

Por parte dos trabalhadores, também havia interesse no adiamento da votação, por receio de que o tribunal banisse a regra da desaposentação. Foram apresentadas duas petições também pedindo para adiar o julgamento: uma do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) e outra da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap).

No início da sessão de hoje, Cármen Lúcia disse que o assunto deveria ser definido logo, diante da quantidade de processos paralisados aguardando a posição do tribunal. Os demais integrantes da corte concordaram.

“Não há razão plausível para a modificação da pauta, ao contrário, é recomendada a conclusão de julgamento de todos os processos já iniciados. O Judiciário não pode condicionar suas pautas a processos em andamento. A prioridade, portanto, tem de ser processos que já estão em tramitação, há uma longa pauta a ser cumprida. A circunstância de haver diálogo com a sociedade sobre a reforma da Previdência não justifica que a atuação do Poder Judiciário tenha de ser interrompida a aguardar outras circunstâncias”, disse Cármen.

Foram julgados três processos. Em 2014, quando começou o julgamento, o relator de um dos processos, ministro Luís Roberto Barroso, propôs que o trabalhador desaposentado receba benefício maior que o primeiro, mas menor do que se ele tivesse esperado o tempo certo para se aposentar com a integralidade dos proventos. O valor seria 24,7% do primeiro benefício.

Barroso chegou a esse percentual pela fórmula de cálculo da aposentadoria, que leva em conta o tempo de contribuição, o valor de contribuição, a idade do trabalhador e sua expectativa de vida. O cálculo da desaposentação consideraria a idade e expectativa de vida na época em que foi concedido o primeiro benefício.

Para Barroso, não seria justo com a pessoa que trabalha por mais tempo receber o mesmo valor pago a um contribuinte que se aposentou precocemente. Daí a adoção da fórmula. A solução proposta por Barroso reduziria o impacto aos cofres públicos para cerca de R\$ 20 bilhões em 20 anos.

O ministro defendeu que a proposta, se aprovada pela maioria de seus colegas, passe a valer em 180 dias. Esse período seria para o poder público se preparar para custear os benefícios e para o Congresso Nacional, se achar necessário, formular uma lei para substituir a decisão do STF. Se os parlamentares não tomarem uma providência nesse período, ficaria valendo o entendimento do tribunal.

O ministro Marco Aurélio Mello, relator de outro processo sobre o mesmo assunto, concordou com a possibilidade de novo cálculo do benefício do trabalhador que se aposenta proporcionalmente. Ele defende o cálculo de maneira integral, e não a sugestão de 24,7% apresentada por Barroso.

Os ministros Dias Toffoli e Teori Zavascki votaram contra a possibilidade de desaposentação, qualquer que seja o percentual. Eles explicaram que a previdência brasileira é de caráter solidário, para sustentar todo o sistema. Portanto, os benefícios não podem ser proporcionais ao volume da contribuição. Ambos também argumentaram que a legislação brasileira não prevê a possibilidade de desaposentação. Pela lei, o benefício concedido pelo INSS seria irrevogável – portanto, não poderia ser alvo de recálculo.

Antes de ser retomado o julgamento, a AGU distribuiu memoriais defendendo que a regra da desaposentação seja barrada pelo STF. Na peça, a advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça, ressalta que, pela Constituição, o regime de previdência tem caráter contributivo e solidário. Dessa forma, a contribuição não é propriedade pessoal. Pelo contrário, é obrigatória, imposta a toda sociedade como forma de custear todo o sistema previdenciário.

Segundo a AGU, a aposentadoria tem caráter irrenunciável, por lei. Dessa forma, pedir uma nova aposentadoria com base nas últimas contribuições seria uma forma de evitar o fator previdenciário, mecanismo que beneficia quem espera mais tempo para se

aposentar ao levar em conta tempo e valor de contribuição, além de idade e expectativa de vida para definir o valor da aposentadoria.

"Se admitida a possibilidade de renúncia ao benefício e o recálculo para nova aposentadoria, como o segurado contará com mais idade e maior tempo de contribuição, terá um valor maior do benefício, promovendo-se uma autêntica burla à incidência do fator previdenciário", explica Grace no texto.

## **Aposentado que ganhou a mais vai devolver dinheiro? Entenda decisão do STF**

27/10/2016 – UOL Economia

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou nesta quarta-feira (26), por 7 votos a 4, a possibilidade de um aposentado que continue trabalhando trocar a aposentadoria para obter um benefício maior, a chamada "desaposentação".

O que acontece agora com os aposentados que estavam na Justiça e também com aqueles que já estão recebendo os benefícios maiores? Quem já recebia a mais vai ter de devolver dinheiro?

Segundo a advogada Marta Gueller, do escritório Gueller Vidutto Sociedade de Advogados e membro permanente da Comissão de Previdência da OAB-SP, nada muda imediatamente.

Segundo ela, é preciso que a decisão do STF seja publicada para que as ações que pedem a troca do benefício sejam julgadas improcedentes ou sejam extintas. "Às vezes, essa publicação demora meses, mas é possível que desta vez seja mais rápido", diz.

Para quem já obteve o benefício maior e está recebendo do INSS, também nada deve mudar imediatamente.

Segundo Marta Gueller, somente após a publicação da decisão do STF é que os juízes poderão reverter os processos que foram julgados procedentes retirando o direito de receber o valor maior de aposentadoria. Só então o INSS poderá mandar carta cobrando a devolução dos valores pagos a mais.

"O INSS não poderá deixar de pagar o benefício nem um dia e terá de entrar com uma ação rescisória para pagar o benefício menor no caso das ações que já estavam decididas", diz ela.

Ela aconselha que o aposentado que receber qualquer comunicação entre em contato com seu advogado.

### **Quem já recebeu a mais terá de devolver?**

Para Marta Gueller, como se trata de um benefício de natureza alimentar, os aposentados não devem ter de devolver nada do que receberam a mais. "A pessoa comeu e vestiu o que recebeu.

Como ela vai devolver isso?", diz. Já existem casos anteriores, como na decisão sobre a isonomia das pensões, em que não houve a necessidade de devolver.

Já o advogado Theodoro Vicente Agostinho, coordenador do curso de pós-graduação em Direito Previdenciário pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus, não tem tanta certeza. Segundo ele, a decisão do STF não deixa claro o que acontece com quem recebeu o benefício maior.

"O INSS vai querer receber o dinheiro pago a mais de volta e ainda terá de ser decidido se o benefício é de natureza alimentar ou não. Se for de natureza alimentar, não tem de devolver, mas, se não for considerado assim, quem recebeu o valor maior terá de devolver a diferença com juros e correção monetária", diz.

### **Decisão foi política, não jurídica**

Para Marta Gueller, os ministros que votaram contra a desaposentação se pautaram pela falta de recursos financeiros para fazer frente a esses pagamentos, considerando que isso incentivaria as pessoas a se aposentarem e depois pedirem uma nova aposentadoria.

Ela explica, porém, que nem todas as pessoas que voltam a trabalhar teriam direito a conseguir um benefício maior.

"Esse argumento foi político e não jurídico, uma vez que a Constituição diz que quem paga uma contribuição social tem de ter uma contraprestação na mesma proporção. Se o aposentado contribui para algo que não vai mais reverter para ele, o princípio foi ferido", diz.

## **Governo tenta votar na Câmara MP sobre acesso a benefício como auxílio-doença**

27/10/2016 – Tribuna PR

Após a aprovação da proposta que estabelece um teto para os gastos públicos, o governo tenta, nesta quarta-feira, 26, votar na Câmara uma medida provisória que altera benefícios como o auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), foi escalado pelo Palácio do Planalto para conseguir um acordo com a oposição e colocar em votação a MP, que perde a validade na próxima semana.

Após se reunir com Maia, o líder do PT na Casa, deputado Afonso Florence (BA), disse que o partido ia continuar a obstruir a votação e que não ia aceitar as mudanças propostas pelo governo.

"O governo não tem o número de deputados na Casa e quer a nossa ajuda para votar uma MP que tira direito dos trabalhadores. Não vamos votar meia maldade", disse.

Na prática, a medida provisória dificulta o acesso ao auxílio-doença, à aposentadoria por invalidez e ao salário-maternidade para o trabalhador que tenha deixado de ser segurado.

O texto também cria um bônus salarial de R\$ 60 para peritos médicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por perícia a mais feita. Segundo o governo, o objetivo é reduzir o estoque de benefícios por incapacidade que estão há mais de dois anos sem passar por perícia médica.

Também está na pauta uma outra MP, que abre um crédito extraordinário de quase R\$ 1,2 bilhão para subsídios federais ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A conclusão da votação do projeto que tira a obrigação da Petrobras de ser operadora exclusiva do pré-sal deve ficar para as próximas semanas.

## Atenção ao contrato evita problemas futuros com a franquia

27/10/2016 – Gazeta do Povo

***Diversas cláusulas do documento podem gerar problemas e multas, caso não sejam bem entendidas pelo franqueado. Saiba em quais pontos é preciso ficar atento***



O setor de franquias continua em expansão no Brasil, a exemplo do primeiro trimestre de 2016, quando registrou 7,6% de crescimento em receita na comparação com o primeiro trimestre de 2015.

Foram 8,1% de alta no segundo trimestre deste ano em comparação com o mesmo período do ano passado, indo de R\$ 32,537 bilhões para R\$ 35,180 bilhões de faturamento. Em número de unidades, o setor cresceu 3,6% na comparação anual. Os dados são da Associação Brasileira de Franchising.

Porém, se o mercado aquecido atrai interesse de profissionais egressos do mercado de trabalho por empreender em franchising, como apontado pela pesquisa, o sucesso do negócio depende, primeiro, de uma compreensão extrema do contrato, por parte do candidato a franqueado.

Para Leonardo Cotta Pereira, advogado do setor societário do escritório Siqueira Castro, de São Paulo, o negócio de franquias é como uma receita de bolo: o franqueador vende uma receita testada e que deu certo várias vezes. Se o franqueado usar os mesmos 'ingredientes' e o mesmo 'modo de preparo', a possibilidade de sucesso é grande.

"Antes de tudo, é preciso entender que a Circular de Oferta de Franquia (COF) deve estar nas mãos do candidato a franqueado dez dias antes da assinatura do contrato ou do pagamento de qualquer taxa. Por isso, calma na análise do documento e, se houver dúvidas, a empresa tem de estar pronta para responder", comenta o advogado.

A COF é o documento em que a empresa se apresenta ao candidato: contém histórico, o que é e como funciona o negócio, o balanço da empresa, os números, lista de franquias abertas e fechadas, detalhes da franquia, entre muitas outras informações.

A diretora da regional sul da Associação Brasileira de Franchising (ABF), Fabiana Estrela, comenta que é fundamental um tempo de 'namoro' com a marca. "É preciso analisar o mercado, reconhecer se é o seu perfil, alinhar expectativas de retorno financeiro, de investimento, de trabalho, conversar com a família. As pessoas têm que entender que comprar uma franquia é se tornar empresário", afirma a diretora.

### **Cláusulas**

Sobre as diversas taxas, a diretora da regional sul da ABF, Fabiana Estrela, afirma que valores e datas de vencimento precisam estar descritos minuciosamente. "A taxa de publicidade, por exemplo, precisa ter percentual de contribuição definido e a que forma que a empresa irá utilizá-lo", comenta.

Assim como as taxas de contrato, de franquia e royalties precisam ter definidos os valores, a forma de pagamento e a datas de vencimento. É necessária, também, a definição dos motivos aos quais se aplicarão multas.

A descrição e as especificidades do território são, para Marcio Tadeu Aurelio, diretor da consultoria Aurelio Luz Franchising e Varejo, um dos pontos mais polêmicos. "Se proponho uma franquia pro Jardim Botânico, o que isso significa? É o bairro? É o entorno? É a região toda? Tenho exclusividade? Qual o meu alcance? Tudo isso precisa estar nos documentos (COF e contrato) para que a estratégia do negócio seja respeitada", afirma Aurelio.

Marcio Aurelio aponta, também, que o contrato deve prever transferências de titularidade (quem assumirá a franquia no caso de ausência do franqueado); taxas e prazos de rescisão do contrato; além da cláusula de quarentena, que determinará por quanto tempo o franqueado deverá ficar fora do negócio em que trabalhava.

A Circular de Oferta de Franquia deve conter, ainda, uma lista dos franqueados atuais e, principalmente, dos que já fecharam. "Essas listas são úteis e obrigatórias. Dá possibilidade do candidato entrar em contato com quem já fechou para entender os motivos, e com quem está aberto para conhecer o negócio", explica o advogado Leonardo Cotta Pereira.

### **Suporte**

O problema de Marcio Ruiz, que se interessou por abrir uma franquia de uma empresa de reformas e instalações, no ABC paulista, era não saber o que era COF e nem que tinha, por lei, dez dias para analisar a proposta. "O que eles me apresentaram e me fizeram assinar na hora como COF era só uma cópia do contrato. Não havia informações sobre a empresa", conta Ruiz.

Segundo ele, depois de aberta a franquia, a empresa deu apenas um dia de treinamento e o material de marketing que recebia não era específico para aquele negócio.

"Um dia de treinamento para aprender diversos tipos de reparo é absurdo. E o material que me enviaram era o mesmo que outras empresas do mesmo grupo enviavam para suas franquias. Só mudava o nome da marca", relata Marcio. Caso esteja descrito em contrato, esse tipo de abandono da marca pode gerar multas à própria franqueadora.

A **Gazeta do Povo** tentou entrar em contato com a empresa em questão, mas ela não retornou as tentativas de contato.

Para Marcio Aurelio, da consultoria Aurelio Luz, a compra por impulso é o que gera a maioria dos problemas. "Exato por isso que a lei garante 10 dias de análise, sem compromisso. É para conhecer o negócio e pensar", explica. Já o conselho de Marcio Ruiz para quem pretende se aventurar no franchising é "procurar alguém que já tenha tido uma franquia e que não seja indicado pela empresa".

## **Pesquisa comprova: é mais fácil fazer negócios na Uganda e na Ruanda do que no Brasil**

27/10/2016 – Gazeta do Povo

### ***País ocupa apenas a 123.<sup>a</sup> posição entre os 190 países avaliados pelo Banco Mundial***



O Brasil continua com um dos piores ambientes para fazer negócios do mundo e da América Latina. Segundo ranking divulgado pelo Banco Mundial nesta quarta-feira (26), o país ocupa a 123.<sup>a</sup> posição na lista mundial, que inclui 190 países, e a 22.<sup>a</sup>

colocação na América Latina, que conta 32 representantes. A colocação brasileira coloca o país atrás de economias com renda per capita considerada baixa, como Ruanda, Nepal e Uganda.

O Brasil também perdeu duas posições neste ano no ranking mundial ao atingir 56,53 pontos de 100 possíveis. O país melhorou nos quesitos abertura de empresas, comércio internacional e execução de negócios, mas piorou em registro de propriedades, obtenção de eletricidade, pagamentos de impostos e resolução de insolvência.

A Doing Business é uma pesquisa elaborada pelo Banco Mundial que avalia o grau de facilidade de se fazer negócios em um país.

Entre os indicadores usados para fazer o levantamento estão tempo de abertura de empresa, facilidade para obtenção de alvarás, registro de propriedades e patentes, acesso à crédito, pagamentos de impostos e comércio internacional. Os dados analisados vão até junho de 2016.

A Nova Zelândia lidera a lista mundial, com 87,01 pontos, e o México ocupa a primeira colocação no ranking de países latino-americanos, com 72,29 pontos. Confira o ranking dos dez melhores países para fazer negócio no mundo e na América Latina:

### ***Ranking Mundial***

1. Nova Zelândia
2. Cingapura
3. Dinamarca
4. Hong Kong (China)
5. Coreia do Sul
6. Noruega
7. Reino Unido
8. Estados Unidos
9. Suécia
10. Macedônia

### ***Ranking América Latina (inclui Caribe)***

1. México
2. Peru
3. Colômbia
4. Porto Rico
5. Jamaica
6. Costa Rica
7. Panamá
8. Guatemala
9. Santa Lúcia
10. Uruguai

## **Valorização do real deve ajudar queda da inflação**

27/10/2016 – Tribuna PR

Apesar de reconhecerem as dificuldades das empresas brasileiras em exportar com a desvalorização cambial, economistas – e os próprios empresários – apontam que a queda da inflação e, conseqüentemente, dos juros é a principal vantagem da aproximação entre dólar e real.

“É uma troca: inflação e juros menores por menor fôlego para o setor exportador”, diz Adriana Dupita, economista do Santander.

Adriana lamenta, contudo, que parte da recuperação da economia esperada para o quarto trimestre e para o início de 2017 possa não ocorrer em razão do ritmo menor da produção voltada ao mercado externo. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2017 pode ficar em 1,5%, pois os 2% esperados “ficarão inviáveis sem o setor industrial”, diz.

Ajuda

Na opinião de José Ricardo Roriz Coelho, da Fiesp, é preciso acelerar as medidas que podem melhorar a competitividade do produto nacional. “O custo de produzir no Brasil é, em média, 32% mais caro do que nos países com os quais competimos.” O câmbio, em sua avaliação, é apenas uma parte desses custos.

“A indústria nacional está totalmente desprotegida”, avalia o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro. Recentemente, a entidade encaminhou ao governo federal pedido para que a alíquota do Reintegra, programa que devolve ao exportador parte de seus custos, volte a 5%. Desde setembro do ano passado, a alíquota está em 0,1% e deve ir a 2% em 2017.

## Dólar em queda: é hora de comprar?

27/10/2016 – Gazeta do Povo



O dólar já vinha em queda neste ano, 22% de março até agora. Mas, nas últimas semanas, veio o tombo: 4,5% desde o início do mês. A moeda, que ficava acima dos R\$ 3,20 na maior parte do tempo, agora está quase sempre abaixo dessa linha. E pode até cair outro tantinho. Alguns analistas já falam em dólar a R\$ 3, mas não se sabe quando.

Então, quem está pensando em viajar, já deve começar a pesquisar nas casas de câmbio e a fazer as compras, mesmo com repiques de alta, como o desta quarta-feira. Afinal, a moeda não subiu muito – por volta das 15h30, o dólar estava a R\$ 3,14.

E, embora a tendência de queda permaneça, não se deve esperar outro tombo tão em breve. Acontece que os motivos para a desvalorização do dólar são vários. Mas foi o movimento de repatriação de recursos que fez a moeda americana derreter nos últimos tempos, e esse processo tem data para acabar: no dia 31 deste mês, termina o prazo.

“É melhor não postergar essa compra e correr o risco da variação cambial estragar sua viagem, caso algo excepcional aconteça e a moeda suba de verdade”, diz Vladimir Timerman, gestor da Samba Investimentos. “O mesmo vale para quem vai usar euros. A hora de comprar é agora”, reforça.

Além do mais, os valores que aparecem nas notícias são do dólar comercial, uma referência para o mercado. Quem vai à casa de câmbio não encontra essas cotações. É melhor verificar as cotações em ao menos três estabelecimentos confiáveis, especialmente se pretende usar o cartão pré-pago internacional — neles, as cotações são mais altas do que no dólar em espécie.

As casas de câmbio ganham dinheiro comprando no atacado, ao preço do dólar comercial e vendendo no varejo, explica Timerma. É normal que o dólar turismo custe de 4% a 6% mais que o dólar comercial. Só que, quando a demanda é muito grande — ou seja, tem muita gente indo às casas de câmbio comprar dólares —, a cotação sobe.

### **Investimentos**

Muita gente — no mundo todo — gosta de comprar dólares para fazer uma reserva. Só que, se é para ganhar dinheiro, há opções mais eficientes, que hoje em dia estão acessíveis até para quem tem um volume limitado. Com R\$ 1.000, por exemplo, já dá para entrar em fundos de investimentos sofisticados, por meio das distribuidoras.

“Acho que opções mais diversificadas, como fundos multimercado, fazem muito mais sentido num momento com o atual, ao invés de comprar algo mais “diretamente” linkado com o dólar. A volatilidade pode aumentar, e uma gestão mais ativa é interessante”, explica Ignácio Crespo, economista da Guide Investimentos.

Timerman, da Samba Investimentos, concorda. E faz a conta: se você comprar dólar a R\$ 3,10 hoje, só terá lucro razoável se a moeda americana estiver valendo R\$ 3,50 daqui a um ano.

“Para comprar US\$ 10 mil, o investidor gasta R\$ 31 mil. Se colocar este dinheiro em um título pré-fixado com vencimento em um ano, terá cerca de R\$ 35 mil no fim do período”, diz.

E, quem realmente faz questão de aplicar em câmbio — digamos que pensando num curso no exterior, a ser feito no médio prazo —, pode lançar mão dos fundos cambiais. Neste caso, é importante checar as taxas de administração.

### **Por que o dólar está caindo**

Uma série de fatores explica a queda do dólar. O mercado de câmbio, como todos os outros, vive na lei da oferta e da demanda. Se há muita oferta de alguma coisa, o preço dela cai. Assim acontece com o dólar.

Os juros estão muito baixos nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos e muito altos no Brasil. Por isso, os investidores internacionais vêm para cá aplicar seu dinheiro, em Bolsa e em títulos públicos, para ganhar com os juros. Em especial, eles optam pelo Brasil, pois aqui os juros são os maiores de mundo, e esta é uma forma segura de lucrar bastante e com segurança.

Em algum momento, os EUA vão aumentar os juros — isso pode começar neste fim de ano —, mas será aos poucos. Aqui no Brasil, os juros começaram a cair, mas também muito lentamente. Por isso, os estrangeiros continuam animados, mandando dólares para cá. Esses são fatores de longo prazo, que explicam porque a tendência das cotações é de queda.

Além disso, mais recente, o programa de repatriação de recursos incentivou muitos brasileiros a trazer de volta recursos que mantinha no exterior. Assim, tem muito dólar entrando no país.

## **Dólar cai e favorece viagens para o exterior**

27/10/2016 – Tribuna PR

A queda do dólar está permitindo que os brasileiros voltem a sonhar com viagens para o exterior nas férias de fim de ano. Segundo estimativa da Associação Brasileira de Operadoras de Turismo (Braztoa), a procura por pacotes internacionais, entre janeiro e setembro de 2016, supera os índices relativos ao mesmo período do ano passado

em 30% a 40%. Maior agência de viagens do País, a CVC viu a busca por destinos no exterior dobrar, passando de 20% para 40% do total das vendas, entre 2015 e 2016.

A busca por viagens para a América do Sul e Caribe deve apresentar um crescimento de 30% no fechamento de 2016, em relação ao ano passado, enquanto para Europa e Estados Unidos, o acréscimo deve ser de 10%, segundo a associação das operadoras de turismo. Para a presidente da entidade, Magda Nassar, a expectativa é de que o aumento na média de viagens para fora do Brasil seja de 20% até dezembro.

De acordo com a Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav), os destinos que deverão puxar essa retomada são Estados Unidos, Caribe e América do Sul.

## **Planejamento**

A maior estabilidade no cenário econômico nos últimos meses tem influenciado o comportamento do turista brasileiro, de acordo com o diretor de produtos internacionais da CVC, Fábio Mader. A retomada da confiança na economia está motivando os consumidores a planejar as viagens com mais antecedência.

“Em 2015, as pessoas adquiriram as viagens perto da data de embarque, com uma antecedência média de 45 dias”, lembra Mader. “Agora, os consumidores voltaram a planejar as férias, com uma antecedência de compra de 70 dias, em média, em relação à data de embarque.”

Decidir com antecedência foi exatamente o que fez o advogado e professor universitário Anderson de Souza e Silva. Ele decidiu comemorar seu aniversário de 50 anos em uma viagem para o Oriente Médio e para a Europa, no fim de novembro.

As passagens de avião foram compradas em uma agência de viagens ainda no mês de setembro. A queda do dólar animou o advogado a realizar o sonho. “Aproveitei que o dólar está diminuindo para fazer esta viagem. Sempre quis conhecer o Oriente Médio.” A empresária Laís Queluz já planejava viajar mesmo com o dólar alto, mas vai aproveitar a recente valorização da moeda brasileira para estender a temporada nos Estados Unidos.

O pacote para um cruzeiro na Flórida, com o objetivo de comemorar o aniversário de 3 anos da filha, já estava comprado. Com a decisão de estender as férias, agora Laís, o marido e os filhos vão passar mais seis dias na região para visitar atrações como os parques de diversão da Disney.

Apesar da melhora em relação ao ano passado, Magda Nassar, da Braztoa, diz que a entidade ainda vê 2016 como um “ano de recuperação” da economia, evitando fazer comparações com outros tempos, como 2013, quando o dólar estava cotado a cerca de R\$ 2.

## **Percepção sobre mercado de trabalho sugere recuperação lenta do consumo, diz FGV**

27/10/2016 – Tribuna PR

O padrão de recuperação da confiança do consumidor, iniciado há seis meses, manteve-se em outubro, com as expectativas sobre o futuro puxando o movimento. Além disso, uma acomodação na percepção sobre o mercado de trabalho sugere que a recuperação do consumo na atividade econômica será lenta. A avaliação foi feita pela coordenadora da Sondagem do Consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Viviane Seda.

Mais cedo, a FGV anunciou que o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) ficou em 82,4 pontos em outubro, ante 80,6 pontos em setembro. É o maior nível desde dezembro de 2014, quando estava em 86,6 pontos.

Viviane chamou a atenção para o indicador de Emprego Futuro. O Índice de Expectativas (IE) subiu 2,5 pontos, atingindo 92,6 pontos, mas o indicador de Emprego Futuro recuou 3,5 pontos na passagem de setembro para outubro. Esse indicador subiu 12,6 pontos entre julho e setembro.

“Os consumidores agora estão reavaliando o futuro do mercado de trabalho, passando a enxergar uma recuperação lenta”, afirmou Viviane.

Os dados da sondagem de outubro sugerem que uma recuperação do consumo das famílias ficará mesmo para 2017, porque o mercado de trabalho é uma variável fundamental, na visão de Viviane.

Os dados mostram que já houve uma melhoria na percepção sobre a inflação. Segundo Viviane, isso pode ser visto no indicador da Situação Financeira das Famílias, que subiu 1,4 ponto, atingindo 63,6 pontos em outubro.

Assim, a desaceleração da inflação, a redução nos juros e uma redução no nível de endividamento das famílias poderão ser pontos positivos para 2017. “São pontos positivos para a recuperação”, disse Viviane, reconhecendo que eles serão insuficientes para acelerar o ritmo da recuperação, que será lento.

### **BC amplia horário de operação de câmbio para 23h para facilitar repatriação**

27/10/2016 – Tribuna PR

O Banco Central decidiu ampliar o horário de encerramento do registro, pelos bancos, das operações de câmbio de 19 horas para 23 horas. A mudança vale entre os dias 26 e 31 de outubro (de hoje a segunda-feira). De acordo com o BC, essa alteração provisória busca “facilitar a contratação e liquidação das operações de câmbio até a data limite de adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RECT)”.

Este regime – mais conhecido como “Lei de Repatriação” – permite que empresas e pessoas físicas regularizem recursos não declarados que, atualmente, estão no exterior. O prazo para esta regularização vai até o dia 31 de outubro. Para aderir ao regime, no entanto, os contribuintes precisam pagar à Receita Federal multa e Imposto de Renda sobre os recursos. Este pagamento é feito no Brasil e em reais.

Como muitos contribuintes pretendem utilizar, para o pagamento, o próprio dinheiro que está no exterior, o BC já havia alertado hoje, por meio de nota, que era preciso observar os trâmites da operação e os próprios prazos para liquidação do contrato de câmbio (internalização de dólares e troca por reais), para que o prazo fosse cumprido.

Na prática, não basta mostrar a intenção de aderir ao programa: é preciso cumprir o prazo, até o dia 31, e pagar a multa e o imposto. Com a ampliação do horário de encerramento para registro das operações de câmbio, o BC busca facilitar o processo entre os contribuintes que utilizarão recursos que estão em outros países.

### **4E: Caged mostra que processo de destruição de vagas se intensificou**

27/10/2016 – Tribuna PR

O economista e especialista em atividade econômica da 4E Consultoria Thiago Curado afirmou, nesta quarta-feira, 26, que o saldo negativo de 39.282 vagas em setembro apontado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostra que o processo de destruição de vagas no País se intensificou.

“Esse resultado, dessazonalizado, aponta 127 mil vagas destruídas em setembro, contra 110 mil em agosto, e mostra que o processo se intensificou no mês passado”, disse Curado, lembrando que os meses de setembro normalmente apresentam forte criação de postos de trabalho.

O especialista da 4E Consultoria lembra que o saldo negativo entre as vagas de emprego abertas e fechadas em setembro é mais um dado que consolida a retração na atividade econômica e aponta para uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre deste ano.

“A situação está pior do que a antecipada e esse dado de emprego vem em linha com os dados do comércio, indústria e investimentos do setor privado”, disse. “É mais uma informação para a contração do PIB no terceiro trimestre e uma recuperação, se vier, será só no quarto trimestre.”

Ainda de acordo com Curado, o resultado do Caged reforça a perspectiva negativa para Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua no trimestre terminado em setembro, a ser divulgada amanhã pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“A Pnad deve apontar uma estabilidade (em 11,8% sobre o trimestre encerrado em agosto), o que, também por questão sazonal, é um resultado negativo”, avaliou.

### **Entre países com fábrica da Hyundai, Brasil teve maior queda no faturamento**

27/10/2016 – Tribuna PR

Dos países onde a montadora sul-coreana Hyundai mantém pelo menos uma fábrica, o Brasil foi o que apresentou a maior queda no faturamento em 2016. De janeiro a setembro deste ano, as receitas da filial brasileira caíram 11,4% em relação a igual período do ano anterior, para 1,15 trilhão de won (a moeda sul-coreana) – o equivalente a R\$ 3,17 bilhões -, mostra balanço global divulgado pela empresa nesta quarta-feira, 26.

O segundo pior desempenho é o da própria Coreia do Sul, onde o faturamento teve recuo de 7,6% no acumulado do ano até setembro, para 29,685 trilhões de won – cerca de R\$ 81 bilhões -, com o terceiro trimestre marcado por greves dos trabalhadores e apreciação da moeda sul-coreana em relação ao dólar e ao euro, o que prejudica as receitas com exportações. As demais regiões tiveram crescimento na mesma base de comparação: Estados Unidos (16,1%), Índia (14,4%), China (8,9%), República Tcheca (25,2%), Turquia (6,9%) e Rússia (5%).

Em unidades de veículos vendidos, Brasil e Coreia do Sul trocam de posição. A filial brasileira acumula, de janeiro a setembro, venda de 116 mil unidades (todas da família HB20, o único modelo produzido pela fábrica brasileira), uma retração de 8,3% ante igual período do ano anterior, enquanto na Coreia do Sul a queda é de 12,6%, ainda de acordo com o balanço da empresa. No terceiro trimestre, no entanto, as vendas no Brasil sobem 2,9% em comparação com o terceiro trimestre de 2015, para 42 mil unidades.

Apesar do fraco desempenho no mercado brasileiro, a Hyundai é, entre as montadoras que atuam no País, uma das que têm caído menos em 2016, em meio a uma crise do setor que se arrasta desde 2013, com quedas consecutivas nas vendas e na produção. Desde que inaugurou sua fábrica em Piracicaba, no interior de São Paulo, em 2012, a marca saltou de 8º para 4º na preferência dos brasileiros, desbancando montadoras como Ford, Toyota, Renault e Honda.

Segundo o último boletim da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), as vendas de veículos leves (automóveis e comerciais leves) em todo o Brasil acumulam, de janeiro a setembro, baixa de 22,4%, mais que o dobro do tombo reportado pela Hyundai no balanço de hoje. Encolhendo menos que as demais, a marca elevou a sua participação no mercado de 2,99% em 2012 para 10% em 2016.

Nos resultados globais, a Hyundai registrou lucro líquido de 1,119 trilhão de won (R\$ 3,1 bilhões) no terceiro trimestre, queda de 36,6% em relação ao segundo trimestre e recuo de 7,2% ante igual período de 2015. As receitas, por sua vez, somaram 22,08 trilhões de won (R\$ 61 bilhões) nos três meses encerrados em setembro, contração de 10,5% ante os três meses encerrados em junho e retração de 5,7% sobre o volume alcançado em igual intervalo do ano passado.

## **Siderúrgicas da AL pedem não reconhecimento da China como economia de mercado**

27/10/2016 – Tribuna PR

As associações da indústria do aço da América Latina enviaram uma carta aos chefes de estado que estarão reunidos na XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Cartagena, na Colômbia, nos próximos dias 28 e 29, alertando para a crise enfrentada pelo setor e a cadeia de valor metal-mecânica.

As siderúrgicas destacam a preocupação com a concorrência desleal praticada pelas usinas chinesas e pedem que os governos da região não reconheçam o país asiático como economia de mercado em dezembro.

Os siderurgistas mencionam a perda de postos de trabalho, fechamento de empresas e perdas financeiras do setor, que consideram ser originária do enfrentamento da competição com a China, que responde por 50% da produção mundial de aço.

A carta menciona uma estrutura formada por empresas de propriedade do Estado, subsídios, capacidade produtiva muito superior à demanda doméstica, perdas financeiras crescentes e conduta comercial desleal, "que não se ajusta às regras internacionais de comércio" e "exporta desemprego".

O documento é resultado da reunião de players do setor na região como Ternium, Gerdau, CSN e ArcelorMittal nos últimos dois dias, no 57º Congresso da Associação Latinoamericana de Aço (Alacero), no Rio. O bombardeio à China e suas práticas consideradas anticoncorrenciais é um consenso. De 56 processos antidumping vigentes hoje na América Latina, 36 são de empresas contra a China.

A carta afirma que esta é uma realidade reconhecida a nível mundial, inclusive na Declaração de Líderes do G-20, que no início de setembro manifestou que os subsídios e a intervenção direta dos governos causam distorções no mercado, contribuindo para uma sobrecapacidade que causa efeitos negativos no comércio e para os trabalhadores. Um Fórum Global foi proposto para solucionar o problema do excesso de capacidade de aço no mundo: 739 milhões de toneladas, sendo 453 milhões oriundas da China.

Diante disso, a indústria siderúrgica latino-americana faz uma declaração aos chefes de Estado, afirmando que: a China não respeita as regras internacionais de comércio no setor do aço; suas práticas de comércio desleal foram penalizadas por mais de 280 medidas antidumping aplicadas por países membros da OMC; as estatais chinesas devem atuar sob critérios comerciais e de mercado equivalentes às empresas latinoamericanas; as siderúrgicas chinesas recebem múltiplos subsídios e apoios financeiros ilimitados.

Também afirmam que as exportações de produtos chineses com alto conteúdo de aço estão afetando a indústria metalmeccânica da região e que as empresas da cadeia não podem competir contra o governo chinês "porque a China não é uma economia de mercado".

O grupo faz um chamado para que seus governos defendam a indústria local das práticas de comércio desleais, garantindo isonomia competitiva frente à China e reforçando os instrumentos de defesa comercial para adequá-los às novas realidades comerciais.

Isso implica ter uma estratégia comum e integral frente à China, garantir uma operação aduaneira eficiente e efetiva e aplicar a diplomacia comercial para conseguir que a China, de forma transparente, mostre seus custos reais de produção e reduza sua capacidade de forma significativa e real.

O pedido se refere ainda mais explicitamente à defesa de pequenas e médias empresas da cadeia metalmeccânica, geradoras de emprego intensivo. O déficit, diz a carta, afeta a cerca de 4 milhões de trabalhadores e suas famílias. "Na defesa do emprego latino-americano solicitamos aos nossos governos não conceder à China o reconhecimento de economia de mercado", pedem as nove entidades que assinam o documento.

Além do Alacero, fazem parte do grupo o Instituto Aço Brasil, Alacero Chile, Câmara Argentina do Aço, Cámara Fedemetal, Comitê Colombiano de Productores de Acero de La ANDI, Canacero, Sociedad Nacional de Industrias Comitê Metalmeccanico e Asociación Dominicana del Acero.

Participam da Cúpula Ibero-Americana 2016 22 países: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela.

### **Para Gerdau, pior já passou, mas curto prazo ainda será difícil no País**

27/10/2016 – Tribuna PR

O CEO da Gerdau, André Gerdau Johannpeter, enxerga sinais de recuperação do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e do setor siderúrgico, mas avalia que o curto prazo ainda será difícil para a indústria. Para o executivo "o pior provavelmente já passou", mas a retomada só deve vir em cerca de um ano.

"Já se vê os sinais (de retomada). A questão é quando. Acredito que os próximos seis a oito meses ainda serão difíceis", disse em painel no 57º Congresso da Associação Latinoamericana do Aço (Alacero), no Rio.

Como fatores positivos, o executivo citou a aprovação de medidas como a PEC do Teto de Gastos na Câmara, projetos de infraestrutura, a queda da inflação e a melhora dos indicadores de confiança, mas destacou que, na prática, isso ainda não se refletiu nos números da economia. "O curto prazo ainda vai ser difícil, mas em um ano com certeza já veremos crescimento e retomada no Brasil. Há uma mudança importante acontecendo no Brasil", afirmou.

Gerdau mencionou uma estimativa de alta de 1,3% a 1,5% do País para o próximo ano, com base em dados do Boletim Focus do Banco Central. Segundo o executivo, a correlação com o setor siderúrgico é de 2,3 vezes de crescimento em relação ao PIB nacional.

A estimativa é que ao fim deste ano o consumo aparente – que inclui vendas internas e importações – do setor terá despencado 36% desde 2013, para 18 milhões de

toneladas por ano. "Esperamos uma retomada desses números que caíram tanto nos últimos quatro anos", afirmou.

Gerdau se mostrou otimista com a capacidade do novo governo em aprovar medidas no Congresso. Além da PEC do Teto, ele considera reformas como a da previdência, trabalhista e tributária cruciais para recuperar a economia e a indústria. Ele destacou a preocupação com a perda de participação da indústria no PIB. O percentual chegou a 11,4% em 2015, mas já foi de 35,9% no fim dos anos 80. "A preocupação é quanto mais vai cair", disse.

O presidente da Gerdau preferiu não comentar dados da companhia, alegando estar em período de silêncio prévio à divulgação de resultados.

## **58,2% das rodovias brasileiras apresentam problemas, diz pesquisa da CNT**

27/10/2016 – Tribuna PR

Mais da metade das rodovias brasileiras tem problemas em seu estado geral, que inclui itens como pavimento, sinalização e geometria da via, de acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT). Do total de 103.259 quilômetros analisados, 58,2% apresentaram algum tipo de problema e foram consideradas regulares, ruins ou péssimas, enquanto 41,8% foram avaliadas como boas ou ótimas.

Na maioria dos trechos (77,9%), foram verificados problemas de geometria de via, como falta de acostamento ou faixa adicional em subida, curvas perigosas e danos em pontes e viadutos. No item sinalização, 51,7% das rodovias apresentaram algum tipo de falha. Por fim, 48,3% das estradas tinham algum problema no pavimento, considerado regular, ruim ou péssimo.

Em relação ao ano passado, houve aumento de 26,6% na quantidade de pontos críticos nos trechos pesquisados. Foram encontrados 414 trechos com buracos grandes (maiores que um pneu convencional de automóvel de passeio), queda de barreiras, pontes caídas e erosões, ante 327 em 2015.

De acordo com o presidente da CNT, a qualidade das rodovias é reflexo de um histórico de baixos investimentos no setor. No ano passado, o investimento da União em todos os modais de transporte correspondeu a 0,19% do PIB.

Somente em rodovias, de acordo com a CNT, o valor investido foi de R\$ 5,95 bilhões. Para este ano, até setembro, foram gastos R\$ 6,34 bilhões. A entidade estima que a adequação da malha rodoviária brasileira custaria R\$ 292,54 bilhões, em obras de duplicação, construção, restauração e solução de pontos críticos.

Entre os trechos de rodovias concedidas à iniciativa privada, 78,7% foram avaliadas como ótimas ou boas, e 21,3% foram consideradas ruins ou péssimas. Já entre as estradas públicas, 67,1% foram consideradas regulares, ruins ou péssimas, enquanto 32,9% receberam avaliação boa ou ótima.

### **Ranking**

Entre os dez melhores trechos de rodovias, todos ficam no Estado de São Paulo e em estradas com pedágio. Em primeiro lugar, ficou o trecho entre São Paulo e Limeira (SP-310/BR-364, SP-348). O pior trecho foi o que liga Natividade, em Tocantins, a Barreiras, na Bahia (BA-460, BA-460/BR-242, TO- 040, TO-280).

De acordo com a CNT, os acidentes nas rodovias federais policiadas geraram um custo de R\$ 11,15 bilhões no ano passado. Em 2015, foram registrados 121.438 acidentes nessas estradas. O custo médio por ocorrência, segundo a entidade, foi de R\$

91.827,39, uma estimativa que inclui perdas de vidas, danos materiais nos veículos e perda de cargas.

A 20.<sup>a</sup> edição da Pesquisa CNT de Rodovias foi realizada entre os dias 4 de julho e 2 de agosto, em toda a extensão da malha pavimentada federal e nas principais rodovias estaduais pavimentadas. Foram incluídas no levantamento estradas públicas e privatizadas em todas as regiões do País.

## **Greve dos bancários reduz crédito imobiliário, consignado e venda de carros**

27/10/2016 – Bem Paraná



A greve dos bancários ampliou a queda na concessão de crédito pelos bancos, em setembro, principalmente das modalidades de crédito imobiliário, consignado e de financiamento de veículos, informou nesta quarta-feira (26) o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (BC), Tulio Maciel.

Neste ano, a greve dos bancários, que teve início em setembro, durou 31 dias, com retorno dos bancários ao trabalho no dia 7 deste mês.

A greve afetou principalmente as modalidades em que é preciso negociar a liberação do crédito nas agências bancárias. Em setembro, as concessões do crédito consignado (com parcelas descontadas diretamente na folha de pagamento) caíram 24,4%. O financiamento para a compra de veículos caiu 8,5%. No caso do financiamento imobiliário, as concessões recuaram 24,2%.

### **Tramitação demorada nos bancos**

“Essa é uma concessão [de crédito imobiliário] que tem um trâmite mais demorado, que exige a presença do solicitante nas agências mais de uma vez. Uma agência fechada interrompe todos esses processos. Ano passado foi afetado de uma forma bem mais modesta, tinha recuado 4%, mas este ano afetou de forma significativa”, disse Maciel.

No total, as concessões de crédito de todas as modalidades caíram 7,2% em setembro em relação a agosto deste ano para pessoas físicas.

Maciel ponderou, entretanto, que o crédito seguirá em tendência de desaceleração mesmo sem a greve dos bancários. “A tendência do crédito é desaceleração, com expectativa de retração no ano. O resultado de setembro foi prejudicado pela paralisação bancária, mas isso não significa que haveria uma mudança de tendência. O crédito não irá liderar o movimento de reação da atividade econômica, mas tem como contribuir nesse processo”, disse Maciel.

No mês passado, o BC divulgou sua projeção para o saldo das operações de crédito este ano. Segundo estimativa do BC, os bancos vão registrar este ano a primeira queda no saldo das operações de crédito, na série histórica, iniciada em março de 2007. O recuo deve ser de 2%.

Em setembro, o saldo de todas as operações de crédito concedido pelos bancos caiu 0,2% em relação a agosto e ficou em R\$ 3,109 trilhões. Em 12 meses encerrados em setembro, o saldo das operações de crédito caiu 1,7%.

## **Taxas de juros**

Em entrevista coletiva para explicar os dados do crédito em setembro, Maciel também afirmou que não há uma previsão de quando o efeito da redução da taxa básica, a Selic, será sentido nos juros cobrados dos consumidores. Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual para 14% ao ano.

Em setembro, a taxa média de juros cobrada de pessoas físicas subiu para 73,3% ao ano e do cheque especial (324,9% ao ano) e do cartão de crédito (480,3% ao ano) bateram novo recorde.

Segundo Maciel, às vezes os bancos se antecipam à redução da Selic e reduzem os juros do crédito e em outras situações levam alguns meses para reduzir as taxas cobradas dos clientes. "Não se espera uma defasagem muito longa. [A queda da Selic] reduz o custo de captação [de dinheiro pelos bancos] e isso contribui para redução de todas as taxas ativas", explicou.

## **Ganho de bancos com empréstimos é o maior desde 2011**

27/10/2016 – Bem Paraná

O spread bancário em setembro atingiu sua maior taxa desde 2011. O número indica a diferença entre a taxa que os bancos pagam para captar dinheiro e os juros que eles cobram para emprestá-lo a consumidores e empresas.

Em setembro, essa diferença foi de 41,2 pontos percentual, um crescimento de 0,6 ponto em relação a agosto e de 13,7 pontos quando comparado ao mesmo mês de 2015, segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta quarta-feira (26).

A taxa média de captação dos bancos no mês passado foi de 12,3%, quase a mesma de agosto, quando ficou em 12,2%. Mas a taxa cobrada por eles para emprestar a consumidores e empresas subiu de 52,9% para 53,4% ao ano.

Os dados se referem a recursos livres (que não incluem financiamento imobiliário e empréstimos do BNDES). Esse aumento na taxa cobrada pelas instituições financeiras foi puxada pelos juros cobrados dos consumidores –no caso das empresas, houve queda.

Para os clientes pessoa física, o aumento foi de 1,6 ponto percentual em relação a agosto e 12,8 pontos em relação a setembro de 2015. Já o spread dos empréstimos concedido a empresas teve uma queda em relação a agosto de 0,6 ponto percentual. Em relação a setembro de 2015, houve uma alta de 3 pontos percentuais.

"Os juros cobrados do consumidor aumentaram por causa de categorias como cheque especial e cartão de crédito, onde as taxas cresceram", afirmou Túlio Maciel, chefe do Departamento Econômico do BC.

Quem optou por usar cartão de crédito no mês passado pagou, em média, 121,1% de juros por ano, 3,9 pontos percentuais a mais do que em agosto. No caso do cartão rotativo o número foi muito maior, de 480,3% ao ano, maior taxa desde 2011, quando o BC deu início a essa série.

No caso do cheque especial, a taxa ficou em 324,9% ao ano, também a maior da série história do BC. A taxa de juros geral cobrada dos consumidores nos empréstimos com recursos livres (que não incluem crédito imobiliário) foi de 73,3% ao ano, um crescimento de 1,5 ponto percentual em relação a agosto e de 7,2 ponto percentual em 12 meses.

Já a taxa média para pessoas jurídicas foi de 29,8%, queda de 0,8% no mês e aumento de 0,5 ponto percentual em 12 meses.

### NOVOS EMPRÉSTIMOS

As novas concessões de crédito a consumidores continuam em queda, mostram os dados do BC. Os novos empréstimos com recursos livres totalizaram R\$ 139,7 bilhões, redução de 6,2% em relação a agosto e de 2,7% em 12 meses. "A greve dos bancos prejudicou as concessões, sem dúvida", afirmou Maciel. "Mas não haveria mudança na tendência do mercado de crédito, que é de baixa".

No caso das empresas, os novos empréstimos com recursos livres em setembro somaram R\$ 107,4 bilhões, alta de 5,2% em comparação com agosto e queda de 10% em 12 meses.

Com esse aumento para pessoas jurídicas, os novos empréstimos em geral subiram em setembro, segundo divulgou o BC. A média diária de empréstimos totalizou R\$ 13,1 bilhões no mês passado, um aumento de 7,2% na comparação com agosto e um recuo de 8,1% nos últimos 12 meses.

### ESTOQUE

O estoque de crédito (total de dinheiro emprestado na economia) recuou 0,2% em setembro em comparação com agosto, totalizando R\$ 3,1 trilhões no mês passado. Na comparação com os últimos 12 meses, houve uma redução de 1,7%.

A redução aconteceu por causa da retração na carteira de crédito de empresas, que recuou 0,4% em relação a agosto, fechando setembro em R\$ 1,5 trilhão. No caso da carteira de consumidores houve estabilidade, com um saldo de R\$ 1,5 trilhão no mês passado.

## **Déficit nas autopeças chega a US\$ 3,84 bilhões**

27/10/2016 – Automotive Business



A balança comercial de autopeças acumula de janeiro a setembro um déficit de US\$ 3,84 bilhões, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Os números foram consolidados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças).

Como consequência do desaquecimento da economia, o valor do déficit é 18,7% menor que o registrado nos mesmos nove meses de 2015.

Exportações e importações recuaram, respectivamente, 16,1% e 17,3%. Os embarques, para 176 mercados, somaram US\$ 4,9 bilhões. As compras externas, de 156 países, totalizaram US\$ 8,74 bilhões.

A Argentina, principal destino, recebeu US\$ 1,36 bilhão em componentes brasileiros. No entanto, o valor é 30,5% menor que o anotado de janeiro a setembro de 2015. Os Estados Unidos, segundo principal destino, absorveu US\$ 801 milhões em autopeças brasileiras.

No caminho oposto, os EUA são o principal fornecedor de componentes automotivos

para o Brasil. No acumulado do ano o Brasil adquiriu US\$ 1,19 bilhão em autopeças americanas.

A Alemanha atravessou o ano à frente da China e de janeiro a setembro enviou US\$ 961 milhões em componentes ao Brasil. O país asiático ocupa a terceira posição, com US\$ 890 milhões em itens fornecidos.

Chama a atenção a queda acentuada de 34,3% nas compras da Coreia do Sul, sexta colocada entre os maiores fornecedores ao Brasil.

## **Saldo de financiamentos recua 12,8% em um ano**

27/10/2016 – Automotive Business



O saldo das carteiras de crédito destinado ao financiamento de veículos apresentou queda de 12,8% em um ano, considerando o resultado de setembro deste ano que atingiu os R\$ 145,4 bilhões contra os R\$ 166,8 bilhões de igual mês do ano passado, segundo dados do sistema financeiro nacional divulgados pelo Banco Central na quarta-feira, 26. Sobre o saldo de agosto, há um cenário que se pode considerar estável, mas com pequena retração de 0,6%.

Se continuar neste ritmo, o ano pode fechar com saldo menor do que 2015, que encerrou com R\$ 161,1 bilhões. Até agora, o comparativo anual aponta queda de 9,7% sobre o fechamento do ano passado.

A queda do saldo reflete o menor volume de concessões: em setembro, o sistema financeiro destinou R\$ 5,83 bilhões em operações de crédito para financiar veículos, 8,5% a menos do que agosto, quando foram liberados R\$ 6,37 bilhões.

No acumulado de janeiro a setembro, as concessões já estão 15% abaixo do resultado verificado em iguais meses de 2015, revela o relatório do BC.

O índice reflete dois principais fatores do cenário econômico: o baixo interesse em adquirir veículos por meio de financiamentos, uma vez que o consumidor está reduzindo custos e evitando dívidas a longo prazo ao mesmo tempo em que se intensificam as restrições para obtenção de crédito no mercado.

Apesar disso, a taxa média de juros diminuiu na passagem de agosto para setembro, como mostram os dados, ficando em 26,1% no mês passado. Há um ano, portanto, em setembro de 2015, a taxa era de 25,6%. O prazo médio dos planos ficou praticamente estável, encerrando setembro com 42 meses.

Contudo, a inadimplência - que representa os atrasos nos pagamentos acima de 90 dias - ficou estável em setembro, observando o mesmo índice de agosto, que foi de 4,6%.

Este índice oscilou 0,5 pontos percentuais nos últimos doze meses, considerando que em setembro de 2015 os atrasos do setor eram de 4,1%. Em 2015, o setor encerrou o ano com inadimplência em 4,2%.

## Normas de segurança poderiam evitar 40 mil mortes na América Latina

27/10/2016 – Automotive Business



Um novo relatório do Global NCAP – Programa de Avaliação de Carros Novos – em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aponta que cerca de 40 mil vidas poderiam ser salvas, bem como seriam evitadas 400 mil sequelas graves até 2030 na América Latina se forem adotadas normas de segurança básicas propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) nas resoluções 14, 16, 94 e 95 que dispõem sobre cintos de segurança e pré-tensionadores, airbag frontal e airbag lateral.

A avaliação econômica com base na soma de mortes e feridos graves que poderiam ser evitados, totalizando 440 mil, sugere que essa redução no número de vítimas poderiam poupar até US\$ 143 bilhões no período de 2016 a 2030.

O relatório também recomenda sobre a necessidade de adoção das normas referentes ao controle eletrônico de estabilidade, o ESC (norma UN13H) e sistemas de proteção de pedestres (norma UN127).

O estudo foi realizado de forma independente pelo Laboratório de Investigação do Transporte do Reino Unido (TRL na sigla em inglês) e suas conclusões estão alinhadas com as recomendações adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas e as Metas Mundiais para o Desenvolvimento Sustentável.

A premissa do estudo era estimar quantas mortes e feridos poderiam ser evitados em quatro países da América Latina: Argentina, Chile, México e o Brasil estipulando as normativas de segurança mínimas para veículos por meio dos programas de testes de colisão.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) datado de 2015 revelam que apenas 40 países em todo o mundo aplicam em sua totalidade os regulamentações mais importantes referentes a segurança para ocupantes de veículos.

Para a presidente do Latin NCAP, vinculado ao Global NCAP, María Fernanda Rodríguez, "o relatório demonstra que devem ser implementadas as regulações da ONU na região da América Latina: sabemos que os fabricantes podem fazê-lo, mas não cooperam; os governos devem agir agora para salvar as vidas de seus cidadãos que merecem os mesmos níveis de proteção que os norte-americanos ou europeus".

"Alguns países da América Latina iniciaram o processo legislativo e agora estão aplicando algumas normas similares às da União Europeia e às de outras regiões mais industrializadas, mas continua existindo uma brecha significativa entre as normas de segurança para veículos na região.

Em particular, os testes de impacto frontal e lateral impostos pelas regulações 94 e 95 das Nações Unidas deveriam ser obrigatórios e aplicados a todos os carros novos que fossem vendidos nos mercados sul-americanos, devendo isso ocorrer o mais rápido possível.

Esse relatório mostra o número de vidas que podem ser salvas, se forem implementadas medidas de segurança. O BID exorta todos os governos a implementá-

las rapidamente”, afirma o especialista sênior de transporte e coordenador para segurança viária do BID, Dalve Soria Alves.

Segundo o chefe do TRL, Richard Cuerden, essas normas de segurança estão em vigor na Europa há décadas: “Há necessidade imperiosa de adotar as regulamentações de segurança secundárias para veículos impostas pelas Nações Unidas na América Latina.

Na Europa, elas vêm evitando as desnecessárias mortes e lesões de centenas de milhares de pessoas. O estabelecimento de uma proteção mais comum e equitativa no caso de uma colisão para todos os usuários de veículos, sem importar a região, seria um grande passo para a democratização da segurança viária no mundo”.

## **Integrado ao mundo, Peru apresenta na Fiesp razões para aproximação do Brasil**

27/10/2016 – Fiesp

O diretor titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp (Derex), Thomaz Zanotto, abriu nesta quarta-feira (26/10) workshop para destacar oportunidades de investimento no Peru, com destaque para projetos regionais.

A interlocução com o Peru tem sido muito extensa, lembrou Zanotto, ressaltando que um novo presidente, Pedro Pablo Kuczynski, assumiu o país (no final de julho). O Peru, explicou, é parte da Aliança do Pacífico e é muito arrojado em tratados de livre comércio.

O diretor do Derex destacou vantagens da integração regional, como a possível criação de um mercado comum de 400 milhões de habitantes, numa região sem conflitos de fronteira.

Interesse no Peru vai muito além da infraestrutura, disse Zanotto. “Temos que tentar avançar em diversas outras áreas, de modo a que quando as tarifas estejam zeradas sejamos uma região de livre comércio, mas também de livre investimento.” Fala-se há 15 anos em integração regional, lembrou, mas pouco saiu do papel.

Zanotto disse esperar que os investimentos cresçam e permitam o desenvolvimento dos 2 países.

Vicente Rojas, embaixador do Peru no Brasil, destacou que a ida de 7 governadores ao workshop na Fiesp mostra o interesse do país em fortalecer as regiões. Ele afirmou que o novo presidente definiu as relações com o país como único.

Manifestou a intenção de atacar problemas como o da burocracia nas fronteiras, mencionado por Zanotto. Participação dos empresários é vista pelo Peru como fundamental. Projeto do governo é reduzir a 10% neste mandato o número de pobres. País oferece estabilidade política e ambiente em que se podem fazer investimentos.

Reavivar a economia é um dos temas centrais para o Peru. Nos últimos 20 a 22 anos o país tem crescido sem interrupção, e isso vai continuar, disse Rojas. Experiência mostra que sem investimento não é possível fazer nada.

A preocupação com o bem-estar envolve o saneamento. Peru tem 8 de seus 30 milhões de habitantes sem água potável e sem esgoto. Tema se vincula à saúde e à educação. Sem água potável na primeira infância as crianças não se desenvolvem.

Começando pelas fronteiras há um trabalho a ser feito de conectividade, ligando os peruanos aos brasileiros. País está de portas abertas, disse Rojas, e se esforça para

ser um Estado muito mais eficiente. Peru busca a igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

### **Oportunidades**

Os 14 governos regionais presentes apresentaram mais de 136 projetos, com necessidade de US\$ 34 bilhões em investimentos.

O governador do Estado peruano do Amazonas (Norte do país), Gilmer Wilson Horna Corrales, foi o primeiro administrador regional a fazer sua apresentação.

Antonio Castillo Garay, conselheiro comercial do Peru no Brasil, fez a apresentação Megaprojetos de infraestrutura no Peru para o investimento privado.

No governo nacional são 25 megaprojetos para promoção em 2017 e 2018, com investimento previsto de US\$ 4,6 bilhões. Nos 25 governos regionais, são mais de 44.000 oportunidades em diferentes projetos no mesmo período, que exigem US\$ 12 bilhões em investimento.

Um dos nacionais, que busca conectar 12 regiões do Peru, é a Estrada Longitudinal da Serra, em sistema de parceria público-privada (PPP). Outro é a Hidrovia Amazônica, que terá 2.500 km em quatro rios e está em seu trecho final. Com investimento de US\$ 70 milhões e concessão por 20 anos e terá licitação ainda este ano. Linhas 3 e 4 do metrô de Lima, com 32 km e 30 km, respectivamente, têm estudos prévios a cargo de empresa brasileira.

Peru trabalha em estrutura de transporte para se tornar hub regional, disse Garay. A projeção de novos investimentos em infraestrutura de transporte supera US\$ 10 bilhões sendo US\$ 2,8 bilhões em estradas e US\$ 6,8 bilhões em trilhos.

Projetos da área de energia incluem térmicas, gás natural. Em saneamento, há projetos importantes em água, especialmente um de US\$ 600 milhões para o abastecimento de Lima. E o Peru convocou empresas brasileiras para participar de projetos hospitalares, devido, disse Garay, à experiência com grandes centros hospitalares em São Paulo. Ideia é ter 11 hospitais nacionais, 23 regionais e 170 de menor porte, provinciais.

### **Negócios sem barreiras**

O painel Perspectivas de investimentos no Peru teve apresentação de Edgar Vásquez Vela, vice-ministro de Comércio Exterior do Peru. Ele revelou que em 15 dias o governo divulgará pacote para eliminar todas as barreiras aos negócios no Peru, com o fim da burocracia e outros fatores que dificultam o investimento. "Isso vai facilitar radicalmente a forma de fazer negócios no país."

Destacou que o país está entre os 5 principais países da América Latina para investimentos. Disse que é chave para os investidores brasileiros porque é um país aberto. Já há muitos investimentos brasileiros em comércio exterior no Peru, e o país quer que isso se estenda a outros setores.

É integrado ao mundo de maneira sólida e tem grau de investimento, afirmou Vela, e tem teto muito alto de investimentos em diversas áreas, quando se compara o consumo local com o de países vizinhos.

Peru está em seu melhor momento para o investimento, pelas perspectivas para o futuro, segundo a maioria das avaliações internacionais.

FMI aponta para o Peru taxa de crescimento nos próximos anos acima da dos outros países da América Latina. E o Peru tem crescido a taxas acima das previstas. Este ano deve fechar em 4%, contra 3,7% estimados pelo FMI.

Reformas estruturais iniciadas nos anos 90 foram bem-sucedidas, disse Vela, permitindo excepcional desempenho de sua economia.

E há estabilidade fiscal, além de marcos regulatórios que não discriminam o investimento estrangeiro. Há também livre circulação de capitais e a adoção de diversos mecanismos internacionais para resolução de disputas.

A ampla rede de acordos comerciais, 18, com 52 países do mundo, disse Garay, dá ao país a posição de um dos mais avançados globalmente na integração. Meta é 72 países e 98% do comércio sem barreiras.

Acordo próximo com a Índia. Relações com Brasil são muito importantes em relação ao comércio de bens. Acordo de aprofundamento comercial estabelece benefícios por exemplo para serviços e investimentos e compras públicas. Destacou que mais de 70 empresas brasileiras estão instaladas no Peru.

Nos próximos dias deve ser modificada legislação sobre ingresso de veículos, o que deve beneficiar quem quiser entrar do Brasil via rodovia do Pacífico. Temos que facilitar também o melhor relacionamento entre pessoas, disse.

Como parte dos acordos de aprofundamento, Peru vai eliminar as tarifas sobre os veículos brasileiros, dando vantagem em relação aos que vem da China, Japão e EUA.

Disse que quando começou, três anos antes, na função, relacionamento entre Brasil e Peru era frio. Não há lógica que Peru vá à China e União Europeia e não tenha as mesmas condições com o Brasil.

Desenvolvimento Regional e a Aliança do Pacífico na Integração Peru-Brasil foi o tema da apresentação de Miguel Veja Alvear, presidente da Capebras (Câmara Binacional de Comércio e Integração Peru Brasil). Vinda de 15 dos 24 governadores ou seus representantes é inédita, destacou. Demonstra a confiança em relação a para onde se vai.

Unir as populações mais distantes do Brasil às do Peru permitiria o desenvolvimento de ambas, gravadas pelo maior custo para comprar e para vender produtos.

Destacou que desde 2003 a Fiesp tem sido a instituição mais ativa na tentativa de integração. Brasil representa 50% do território, 50% da população e 50% do PIB da América Latina. Peru, 7% nos mesmos indicadores. E a fronteira entre ambos é a maior no mundo. Integração é importante, e Aliança estratégica Brasil Peru já permitiu avanço significativo.

Alvear disse que as importações da Suframa teriam redução de 40% em seu frete com a chegada ao Peru e posterior distribuição multimodal. Destacou que por asfalto é possível chegar de São Paulo aos portos do Sul do Peru.

Ele mostrou rotas possíveis do trem Bioceânico Peru-Brasil, que exigiu estudos aprofundados, em razão da preocupação com a proteção da Amazônia.

Acordo tripartite, incluindo a China, poderá permitir a construção de ferrovia ligando Santos a Porto Velho no Brasil e daí a Bayobár, no Norte do Peru, ou Matarani, no Sul (devido a interesse da Bolívia).

“Teremos que falar de forma transparente para concluir se poderá ser feita na forma de concessão”, disse, argumentando que a ferrovia seria a artéria da América Latina.

## **Busca de flexibilidade motiva empreendedorismo, indica pesquisa**

27/10/2016 – Folha de S. Paulo

A possibilidade de trabalhar como, quando e de onde quiser é o principal motivo para empreender, segundo pesquisa com 2.500 donos de pequenas empresas.

A flexibilidade foi apontada como principal motivação por 35% dos entrevistados. Ficou à frente de opções como deixar de correr o risco de perder o emprego (29%), ter potencial de geração de dinheiro (12%) e buscar a solução de um problema (9%).

A pesquisa foi realizada a partir da internet pela empresa GoDaddy (companhia que oferece serviços para micro e pequenas empresas, como criação de sites e registro de domínio na internet).

### **HORA DE EMPREENDER**

A maior parte dos empreendedores, 58%, decidiu começar a empreender enquanto ainda tinha um emprego.o.

outros 15% também tomaram a decisão enquanto estavam no mercado, mas não saíram do emprego antes de criar uma empresa: abriram negócios enquanto ainda trabalhavam e mantiveram as atividades em paralelo.

Dos demais, 8% decidiram empreender enquanto eram estudantes e 19% seguiram por esse caminho após perder um emprego.

Cristiano Mendes, diretor de desenvolvimento de negócios para América Latina na GoDaddy, afirma que, ao contrário do que é percebido pelo senso comum, os resultados indicam que a busca por satisfação pessoal tem tido mais importância do que a busca por lidar com emergências financeiras ou desemprego.

### **GERAÇÕES**

Na pesquisa, a empresa comparou as respostas de empreendedores de diferentes gerações, conhecidas como "Baby Boomers", Geração X e Geração Y (acima de 51 anos, de 31 a 50 anos e até 30 anos, respectivamente, seguindo critério usado pela empresa).

Em geral, não houve variações relevantes entre elas.

Na pergunta sobre momento que decidiram empreender, por exemplo, 62% dos empreendedores da Geração Y disseram estar empregados quando tomaram a decisão. Nos da Geração X, o percentual foi de 56% e entre os "Baby Boomers" 57%.

Uma das diferenças significativas entre esses grupos está no percentual dos que disseram empreender para ajudar o mundo a resolver um problema: O item foi escolhido por 14% dos da Geração Y, 6% da Geração X e 7% dos Baby Boomers.

## **Concessão de crédito para empresas avança 5% em setembro**

27/10/2016 – Portal Contábil

Com a retomada da confiança na economia e a perspectiva de aprovação de medidas que vão reorganizar as contas públicas, empresários começam a tirar projetos da gaveta. A concessão de crédito novo, somando recursos livres e direcionados, cresceu 5% em setembro e atingiu os R\$ 122,6 bilhões.

Os dados são do Banco Central e foram divulgados nesta quarta-feira (26). Segundo a instituição, a liberação de recursos classificados como livres, que operam com taxas

sem subsídios, cresceu 5,2% no mês. Com esse desempenho, R\$ 107,4 bilhões foram liberados.

Já as operações de crédito com juros subsidiados, classificados como direcionados, apresentaram alta de 3,6% entre agosto e setembro. Essa alta levou as concessões do período a alcançarem R\$ 15,2 bilhões.

Parte dessa expansão nas concessões de crédito foi influenciada pelas exportações, que têm crescido fortemente este ano. Apenas as liberações para financiamento dessas vendas externas avançaram 58,2% de agosto para setembro.

### **Financiamento imobiliário**

No crédito subsidiado para as empresas, as liberações para financiamento imobiliário avançaram 16,2% no período. As operações com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cresceram 4,9%.

O banco, apenas em setembro, concedeu R\$ 4,7 bilhões para financiar investimentos. Essa cifra é 28,8% maior que a registrada em agosto. As linhas de crédito de financiamento agroindustrial registraram incremento de 1,5% no mês, com liberações de R\$ 348 milhões.

## **Mercado formal continua perdendo menos postos de trabalho**

27/10/2016 – Portal Contábil

Os dados do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados nesta quarta-feira (26) pelo Ministério do Trabalho apontam a continuidade na trajetória de recuo de perda de postos de trabalho com carteira assinada no país.

Os dados do mercado formal em setembro demonstram uma perda de 39.282 postos de trabalho, bem menor que o registrado em setembro do ano passado, quando foram perdidos 95.602 empregos formais.

Com relação ao estoque do mês anterior, houve um recuo de 0,10%, chegando a 39,0 milhões os vínculos trabalhistas no país. O resultado de setembro originou-se de 1.142.797 admissões e de 1.182.079 desligamentos.

Dois setores apresentaram saldos positivos, o da Indústria de Transformação que criou 9.363 postos (0,13%) e o Comércio com geração de 3.940 postos (0,04%). O desempenho do setor da Indústria de Transformação deveu-se principalmente à expansão na Indústria de Produtos Alimentícios (que foi o destaque, com +15.231 postos ou +0,80%), na Indústria Química, (+1.849 postos ou +0,20%) – impulsionada pela fabricação do álcool; na Indústria de Calçados, (+1.354 postos ou +0,44%); e Indústria Têxtil, (+1.304 postos ou +0,44%).

No Comércio, a geração positiva de empregos foi impulsionada pelo ramo Varejista, que sozinho gerou 5.293 novos postos de trabalho. Também merece destaque o saldo positivo nos Serviços Médicos e Odontológicos, com 4.291 novos empregos e no Ensino, que garantiu a geração de 3.189 novos postos. Os resultados negativos foram verificados na Construção Civil (-27.591 postos), seguido pelos Serviços (-15.144 postos).

**Dados regionais** – Em duas regiões do país saldo foi positivo. No Nordeste houve um saldo expressivo de 29.520 novos postos, ou 0,46%, em função das atividades ligadas à cadeia de produção e beneficiamento da cana de açúcar e às atividades de Cultivo de Uva.

No Sul, foram 1.135 novos empregos, resultado impulsionado pela indústria têxtil em Santa Catarina e do Paraná. Verificou-se, porém, a queda no estoque de emprego no Sudeste (-63.521 postos ou -0,31%); Centro-Oeste (-5.374 postos ou -0,17%); e Norte (-1.042 postos ou -0,06%).

Entre os estados, Pernambuco foi onde mais se gerou emprego, criando 15.721 novas vagas, com destaque na Indústria de Produtos Alimentícios, com 6.774 novos postos. Também em Alagoas, houve criação de 13.395 novos empregos, impulsionado também pelo desempenho positivo da Indústria de Produtos Alimentícios (+11.035 postos).

As quedas foram mais expressivas no Rio de Janeiro (-23.521 postos), prejudicado pelos serviços de Comércio e Administração de Imóveis e São Paulo (-21.853 postos), em razão do desempenho negativo da Construção Civil (-9.291 postos).

No acumulado do ano, a queda registrada no emprego atingiu o montante de -683.597 postos de trabalho, equivalente ao declínio de 1,72%, e, nos últimos doze meses, verificou-se redução de 1.599.733 empregos, representando uma variação negativa de 3,94%.

### **Inflação na saída das fábricas fica em 0,47% em setembro**

27/10/2016 – Portal Contábil

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que mede a variação de preços de produtos industrializados na saída das fábricas, ficou em 0,47% em setembro deste ano. A taxa de inflação veio depois de duas deflações (quedas de preços), em julho e agosto. A taxa, no entanto, é inferior aos 2,99% de setembro de 2015.

Segundo dados divulgados hoje (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPP acumula deflação de 0,46% no ano e inflação de 0,52% no período de 12 meses.

Entre as quatro grandes categorias econômicas, apenas os bens de consumo duráveis tiveram deflação em setembro (-0,15%). A maior taxa de inflação ficou com os bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos, que registraram uma alta de preços de 0,93% no mês.

Os bens intermediários, isto é, os insumos industrializados do setor produtivo, tiveram inflação de 0,62%, enquanto os bens de consumo semi e não duráveis registraram um aumento de preços de 0,22%.

Analisando-se as 25 atividades industriais pesquisadas pelo IBGE, foi observada alta de preços em 15 delas, com destaque para as indústrias extrativas (8,19%), alimentos (0,94%) e outros produtos químicos (0,76%). Por outro lado, houve deflação em dez setores, com destaque para metalurgia (-1,24%).

### **A contabilidade em evolução**

27/10/2016 – Portal Contábil

*Contadores se reinventam e acompanham o avanço tecnológico na área. Novo sistema se apresenta como um serviço a mais a ser oferecido por esses profissionais*

Com o advento das novas tecnologias, profissionais de várias áreas precisaram se atualizar por conta das constantes mudanças. Entre eles estão os contadores, que, se antes tinham o estereótipo daquele profissional cercado de papéis, acompanhado de uma calculadora, carregando pastas pra cima e pra baixo e fazendo anotações em um

caderno, hoje, necessariamente, precisam estar atualizados. Gradualmente, plataformas digitais que ajudam na gestão empresarial e financeira passaram a ser incluídas nas rotinas de trabalho, facilitando a execução de diversas tarefas.

O Painel Financeiro, por exemplo, lançado pela OCF, é um sistema criado com este objetivo, simplificando o trabalho dos contadores e se apresentando como um dos mais completos sistemas financeiros.

No Brasil, atualmente, são mais de 500 mil contadores e técnicos registrados nos CRCs, além de 55 mil organizações contábeis ativas. Em um mercado cada vez mais competitivo, até profissionais mais conservadores, como os da Geração X, estão aderindo às novidades do mundo digital e suas transformações.

“Com o sistema é possível ter o controle e organização de receitas e despesas, importar e exportar dados, digitalizar documentos, programar contas a pagar e receber, emitir nota fiscal de serviços e boletos etc”, afirma Alexandre Andrade, diretor da OCF.

De acordo com ele, o maior diferencial é a possibilidade de filtrar informações minuciosas sobre a saúde financeira do cliente, permitindo que o profissional de contabilidade ofereça consultoria e assessoria para a gestão das finanças e, assim, contribuindo, efetivamente para as tomadas de decisão do gestor.

“Isso significa um serviço a mais e, conseqüentemente, uma possibilidade de atendimento mais amplo para o cliente e, conseqüentemente, ganhos extras para os profissionais de contabilidade”, explica o idealizador do sistema.

Segundo Andrade, atualmente, o diferencial do contador está no modo como esse profissional se relaciona com os clientes. E o Painel Financeiro viabiliza uma relação do estilo ganha-ganha, ou seja, boa para ambos os lados.

“E mais, estamos falando de uma nova concepção de contabilidade, na qual se descarta as despesas com espaço físico para arquivar documentos, moderniza-se processos e estabelece-se uma nova dinâmica de trabalho”, esclarece.

Ele explica ainda que o sistema foi pensado para contadores com objetivo de adaptar as demandas da profissão às necessidades exigidas pelo mundo moderno e digital.